

SONIA- Bom dia!

Vamos dar o início ao Seminário sobre Agência de Controle de doenças e promoção da saúde e a idéia que esse seminário vai no máximo até as 13:00, 13:30 no máximo 14:00 horas.

Então eu para começarmos o seminário a gente tem algumas pessoas que nós convidamos que estão aqui e nós vamos convidá-las para compor a mesa aqui desse debate.

Gostaria de convidar para compor a mesa o Dr. Paulo Seixas que é o coordenador de recursos humanos da secretaria da Saúde, gostaria de convidar o Sr. Luís Ribeiro de Azevedo Barreto que é do Instituto Florestal que vai fazer a análise da agência da agricultura e meio ambiente, gostaria de convidar também o Dr. Ricardo Fernandes de Menezes que é da Sobravini, também convidar o Dr. Jorge Caiando, que é médico sanitário do Instituto de Saúde e também do Instituto Polis.

Estamos aguardando ainda o Dr. Osmar Mikio que é chefe de gabinete da Sucen o Sr. Paulo Seixas está dizendo que ele vai falar mais especificamente da agência como esta secretaria está pensando a questão da agência.

LUIZ BARRETO - Estão me ouvindo bem? Meu nome é Luiz Barreto é uma satisfação estar aqui atendendo ao convite da Dona Sonia, do Ângelo e de todos integrantes do Sindsaúde, alguns de vocês devem saber, eu coordeno a comissão para valorização a carreira de apoio a pesquisa científica e tecnológica, estamos numa luta árdua deste 1999 quando foi criada essa comissão, uma luta árdua porque é uma luta que vem de bem antes de 1999 quando também um grupo de pesquisadores funcionários de apoio como eu, sou um funcionário de apoio não sou pesquisador científico, se envolveram realmente com um projeto de criação de carreira de apoio a pesquisa.

porque eu estou fazendo este preambulo porque evidentemente em função desta atuação que nós nos envolvemos com o problema de empresariamento, que eu chamo de empresariamento dos institutos de pesquisa das secretarias da agricultura, do meio ambiente, da saúde e agora do planejamento, falo planejamento porque o planejamento também tem um instituto de pesquisa que e o instituto geográfico e cartográfico são portanto 16 institutos de pesquisa mais a Sucen que possui, que uma autarquia né, mas que também possui um ambiente de pesquisa e possuem pesquisadores científicos e funcionários de apoio a pesquisa também.

Então eu falo que esta luta é grande porque ela remonta de 1978, se não me falha a memória, porque já houve uma tentativa de criação de empresariamento de institutos da agricultura em fins da década de 70 o governador na época Laudo Natel chegou a criar uma lei inspirado por um cidadão pesquisador da agricultura e de outros ainda estão hoje atuando na criação da APTA. Quantos de vocês já ouviu falar na APTA?

Levantem a mão por favor

APTA Agência Paulista de Tecnologia dos Agro negócios, poucas pessoas em, cinco, seis uma, duas, três, quatro, cinco seis, sete oito, vocês precisam saber do que está acontecendo na agricultura.

E eu sou do meio ambiente tá eu sou da secretaria do meio ambiente por isso que eu acho que o fundamental e nos sabermos o que está acontecendo nas outras secretarias porque está repercutindo o efeito dominó em todas tá. Mas eu que remontar, fazer este preambulo histórico para vocês entenderem o porque. Um senhor chamado Lourival Carmo Mônaco já defendia o empresariamento dos institutos da agricultura já na década de 70 em fins da década de 70 e como eu disse o governador Laudo Natel criou uma lei, criando uma empresa para dentro do estado para administrar toda a parte dos agronegócios o que eles chamam de agronegócios, depois eu passo a mesa maiores informações com relação a essa lei.

Essa é a má notícia, a boa notícia e que no governo Paulo Egídio essa lei foi revogada o que eu quero dizer com isso, houve uma pressão da comunidade científica da RCBPC de outras entidades que revogaram essa lei e ela deixou de existir.

Isso eu quero dizer, o que eu quero dizer com isso que não se assustem com isso tudo que está acontecendo porque pode até vir uma lei do nosso governador, mas a luta não termina porque as leis podem ser revogadas OK. Então isso já aconteceu com relação a agricultura, muito bem, isso fins da década de 70.

Na década de 80 na segunda metade da década de 80 houve uma reunião em Washington foi conhecida com consenso de Washington que estabeleceu uma nova ordem mundial que pegou em cheio os países em desenvolvimento para resumir, levou o neoliberalismo que todos vocês já devem ter ouvido falar essa política massacrante que está priorizando o direcionamento econômico e não o direcionamento social nos países emergentes, a prioridade é tratar as questões econômicas e deixar a reboque as questões sociais, isso simplificando muito eu quero eu quero me aprofundar eu só que fazer um preambulo rápido, porque em função dessa nova ordem mundial que surgiu na segunda metade da década de 80, essa ordem mundial repercutiu nos países emergentes e nos estamos vivendo isso amargamente até hoje, caiu como uma luva para certos grupos que se infiltraram nas fileiras do governo Fernando Henrique Cardoso quando ele assumiu e aceitou essa nova ordem mundial e também se enfileiraram grupos no governo do Estado de São

Paulo e em outros estados brasileiros. E esse grupo da agricultura evidentemente tirou proveito, porque era isso que eles queriam, eles queriam é que os institutos de pesquisas da agricultura se adequassem a essa nova ordem mundial e que eles propõem, e reparem em Brasília começaram a surgir uma série de agências reguladoras, agências executivas que acabaram tendo um poder desmesurado que está sendo criticado inclusive pelo atual governo, quem está acompanhando pela imprensa o próprio presidente da república chegou a criticar o poder excessivo dessas agências OK. Mas no governo Fernando Henrique proliferaram essas agências, isso acabou repercutindo também no Estado de São Paulo e aí vieram com uma proposta de criar uma agência, extinguindo a antiga coordenadoria de pesquisa agropecuária (CPA) que era equivalente a CIPE de vocês que ainda está em vigência mas eles extinguiram a coordenadoria de pesquisa dos agronegócios, foi o primeiro passo. Quer dizer não e que extinguiram, transformaram essa coordenadoria de pesquisa essa CPA em coordenadoria de pesquisa dos agronegócios e daí o passo seguinte foi extinguir essa coordenadoria de pesquisas dos agronegócios e criaram a agência paulista de tecnologia dos agronegócios no intuito de ser uma agência dentro do regime autárquico portanto com implicações diretas na área de recursos humanos Ok. Então eu gostaria de ler para vocês até um fato curioso, depois eu passo ao Sindsaúde se o Sindsaúde não tiver este documento que saiu no diário oficial de 19 de abril de 2001 uma lei complementar nº 895 de 18 de abril de 2001 que altera a lei complementar nº 125 de 08 de novembro de 1975, veja eu não sou pesquisador científico mas eu faço questão de passar a vocês a importância de vocês verem os institutos que vocês trabalham como institutos de pesquisa essa e a missão maior dos institutos que nós estamos defendendo pelo movimento pela valorização e revitalização dos institutos de pesquisa do estado de São Paulo, portanto toda a atividade relacionada com a pesquisa diz respeito muito a essa lei complementar nº 125 que criou a carreira do pesquisador científico e porque que eu estou falando da carreira do pesquisador científico, veja não sou pesquisador científico, mas a importância de ter sido criado a carreira do pesquisador científico e foi uma carreira que abriu as portas para outras carreiras que foram criadas a partir daí, porque essa carreira permitiu acesso e a promoção sem autorização do governador por cargos vagos disponíveis isso foi uma grande conquista, porque geralmente as carreiras existentes no estado necessitam dos cargos vagos, através de uma emenda que foi feita após a promulgação dessa lei 125 de novembro de 1975 possibilitou a ascensão de pesquisadores independente da vontade do governador ou não havia ascensão por mérito e por qualidade do pesquisador científico através da sua avaliação e isso nós começamos a defender também para os funcionários de apoio a pesquisa com vocês que estão aqui presentes para que o acesso e ascensão dos funcionários fosse pelo seu mérito e tivessem mecanismos jurídicos que garantisse a ascensão dos funcionários, muito bem...

Essa lei que é uma conquista e é referência para os funcionários que desempenham atividades de apoio e pesquisa e desejam um sistema semelhante para si, o governador deliberadamente no dia 18 de abril de 2001 propôs uma lei complementar que eu faço questão de ler.

Muito simples, e curtinho, não vou tomar muito tempo

“Faço saber que a assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo I – O artigo II. da lei complementar 125 (a lei dos pesquisadores) de 08 de novembro de 1975 alterado pela lei complementar 695 de 18 de abril de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

Pesquisadores científicos que estão nos 17 institutos de pesquisa espalhados pelas 4 secretarias.

Artigo II. - Para fins dos dispostos no artigo anterior consideram instituições de pesquisas:

1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento

Agência Paulista de Tecnologia dos agronegócios, Dentre outras integradas pelas seguintes unidades

a: Instituto agrônomo da agricultura

b: Instituto biológico, idem

c: Instituto de economia agrícola, idem

d: Instituto de pesca, idem

e: Instituto de tecnologia de alimentos, idem

f: Instituto de Zootecnia, idem

2 - Secretaria da Saúde

a: Instituto Adolfo Lutz

b: Instituto Butantã

d: Instituto Dante Pazanezzi

e: Instituto Lauro de Souza Lima

f: Instituto Pasteur

g: Instituto de Saúde

3 – Secretaria do Meio Ambiente

a: Instituto Botânico

b: Instituto Florestal

c: Instituto Geológico

4 – Secretaria de Economia e Planejamento

a: Instituto Geográfico e Cartográfico

Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes – 18 de abril de 2001

assina: Geraldo Alckmin e depois embaixo Lourival Carmo Mônaco, lembra do Mônaco que eu falei que desde 78 defendia o empresariamento dos institutos, Lourival Carmo Mônaco respondendo pelo expediente da secretaria da agricultura e abastecimento, lembrando que o secretário na época era o João Carlos Meireles, que hoje não por acaso saiu da secretaria da agricultura e está na secretaria da ciência e Tecnologia e eu já vou chegar lá, e o Lourival Mônaco com ele como secretário adjunto está assessorando, continua assessorando, saiu da secretaria da agricultura, quer dizer abandonaram o barco da APTA e foram para a secretaria da ciência e tecnologia, e assina também o secretário da casa civil João Carames, o que eu quero dizer com isso, eles procuram centralizar toda a parte de recursos humanos não área específica do pesquisador dentro de uma agência, quer dizer condicionando a atividade de funcionários estatutários, dentro de um regime autárquico, então é muito interessante vocês notarem e reparem o contra-senso disso, porque a uma ingerência da APTA na secretaria de saúde, ta aqui no documento, a secretaria da saúde a secretaria do meio ambiente e na secretaria do planejamento então vejam, então nós a partir de 2000 nós já percebemos através do nosso movimento o que estava acontecendo na agricultura e quais seriam as implicações através do histórico apresentado, pessoas notáveis como Dra. Alba Aparecida de Campos Lavras, Dr. João Carlos Pimentel Vulti, e outros tantos de cabelos brancos que lutaram pela implantação desse sistema de ciência e tecnologia juntamente com o saudoso pesquisador José Reis já falecido que lutaram por um sistema de ciência e tecnologia fora das universidades públicas paulistas e porque que eu estou fortalecendo, enaltecendo o sistema de ciência e tecnologia se não foi um sistema voltado para a pesquisa, porque é um sistema politicamente muito forte, se a gente pensar nesses institutos apenas como prestadores de serviço tanto na área da agricultura, como na área do meio ambiente como na área da Saúde, apenas prestadores de serviços.

São valorosos, mas politicamente falando serão muito mais fortes, se pensarmos, e valorizarmos enquanto instituições de pesquisa, que fortalece e complementa as instituições prestadoras de serviço tanto na área da saúde, como na área do meio ambiente, como na área da agricultura e do planejamento porque isso de repercussão internacional, uma SBPC por exemplo hoje é ouvida internacionalmente, (sociedade brasileira para o progresso da ciência) a pesquisa é uma questão de soberania nacional, um país sem pesquisa, sem desenvolvimento de novas tecnologias sem controle de patentes, fica a mão das multinacionais, fica a mão dos interesses internacionais, então nós temos que entender a complexidade do problema dentro dessa ótica.

A importância de valorizarmos as instituições enquanto instituições de pesquisa, sem desmerecer de forma alguma as atividades prestadoras de serviços, as atividades que são meritamente desenvolvidas por esses institutos. Então e aí começamos a fazer um trabalho junto à Assembléia Legislativa para repudiar essa nova tentativa de empresariamento dos institutos de pesquisa e nós sabemos que, enquanto a lei não passava lá na Assembléia Legislativa havia um lobby tremendo de empresas na área da agricultura multinacionais na área da agricultura com, por exemplo, “mamão santo” uma das maiores empresas multinacionais americana que não tem nada de santa, uma empresa que produz defensivos agrícolas que faz pesquisa na área da biotecnologia, que faz pesquisa na área dos transgênicos, que tem o maior interesse evidentemente nessa política de empresariamento dos institutos de pesquisa porque os institutos incomodam, incomodam o interesse de grupos econômicos, eu vou dar um exemplo na área do meio ambiente que eu estou habituado a trabalhar as indústrias farmacêuticas, por exemplo, estão de olho nas unidades de conservação, nós temos mais de 950 mil hectares administrados pelo instituto florestal em todo o estado de São Paulo, A Serra do Mar, ilhas, a Ilha Anchieta, a Ilha do Tabaco, Juréia, Itatins, no interior de São Paulo, várias estações experimentais, estações ecológicas, em suma, nós administramos áreas que são da maior importância para a pesquisa, e quando chega uma multinacional que recentemente veio da França, trouxe um aparelho com uma cúpula de vidro pra fazer bioprospecção em flores, em flores da Mata Atlântica para produzir perfumes e essências de odor para laboratórios franceses, isso se chama bioprospecção, isso se chama pirataria se não houver um processo aberto e autorizado pelos órgãos públicos estaduais, muito bem, tentaram inicialmente fazer bioprospecção sem autorização do instituto florestal, isto foi detectado, fizemos uma denúncia e depois eles tentaram conseguir autorização do estado para fazer essa bioprospecção, vejam, isso acontece também nas plantas medicinais em outras áreas, por exemplo também na área da especulação imobiliária, quantas empresas estão interessadas em invadir as unidades públicas do estado do litoral paulista para fazer loteamentos

especiais, fazer hotéis e outras coisas.

Nos incomodamos, então é evidente que este modelo de estado, que fiscaliza, fiscalizador muitos querem que seja flexibilizado e nada melhor do que o empresariamento dos institutos, nada melhor do que um modelo autárquico que coloque funcionários dentro desse instituto de regime celetista por que, na hora de assinar um laudo, eu tenho o caso de um biólogo que recusou a assinar um laudo sobre uma pedreira aqui na Serra da Cantareira porque essa pedreira era rota de aves migratórias que vinham do hemisfério Norte, do Canadá, elas vêm para o hemisfério Sul, fazem a imigração todo ano e fazem reprodução, fazem acasalamento um dos pontos de acasalamento nessa rota, provado cientificamente é na serra da Cantareira e uma pedreira causaria enormes distúrbios com explosões e tudo mais. Bem, nessa rota de pássaros, uma das maiores pedreiras do estado de São Paulo está na serra da Cantareira, esse biólogo fez um laudo contrário à continuação das atividades dessa pedreira e o secretário Fábio Feldman na época, segundo informações que nós tivemos, foi pressionado por poderes econômicos, por poderes políticos nessa época, por vereadores e tudo mais, para tentar intervir na mudança desse laudo, e esse biólogo se recusou a mudar esse laudo e a informação que nós recebemos é que ele, por estar trabalhando na Fundação Florestal foi mandado embora, porque ele por razões de ética e de princípios não quis adequar o laudo científico dele para dar um sinal verde para a continuação das atividades dessa pedreira.

que eu quis dizer com isso gente, a necessidade do funcionário do regime estatutário é fundamental se quisermos pensar na independência desses institutos de pesquisas, então a posição do nosso movimento a tempos vem se manifestando contrário a essa política de empresariamento dos institutos de pesquisa do estado de São Paulo, então, com relação à APTA.

Nós começamos a ir à Assembleia Legislativa tentar obstaculizar esse projeto de implantação dessa agência paulista de tecnologia dos agronegócios, levamos centenas de funcionários para a assembleia, todos com camisetas amarelas, invadimos os portões, cantávamos o hino nacional, íamos para o Plenário Juscelino Kubitschek, vaiávamos os deputados do “PSDB” e das coligações do governo que defendiam a criação dessa agência e principalmente vaiávamos quando eles usavam de artifícios e aí eu quero chegar e entrar num assunto importantíssimo, porque eles usaram de subterfúgios para sensibilizar os deputados para apoiarem durante o processo de votação. Um dos deputados do movimento governista dentro da Assembleia defendia mais a liberação dessa agência chegou a usar o seguinte expediente, eu vou falar o nome dele Deputado Nilton Flávio, ele subiu em plenário, em pupito, lá no plenário com um lista de assinaturas e dizendo assim: Senhores deputados, essa agência é bem vinda dentro dos institutos de pesquisa, essa agência está sendo apoiada pelos funcionários que querem a modernização dos institutos de pesquisas e eu tenho aqui, ele citou o número de assinaturas que eu não me lembro, todas essas assinaturas de apoio para criação dessa agência e no auditório eu, juntamente com outras pessoas eminentes do nosso movimento, principalmente os cabelos brancos Dr.<sup>a</sup> Alba, Dr. Vulti e outro tantos, pedimos vistas a esses documentos e soubemos que eram meramente assinaturas de presença nos auditórios dos institutos de pesquisa, porque o coordenador dessa agência, que se fez coordenador o Sidney Gonçalves ia nos auditórios desses institutos explicar aos funcionários o que era a agência, qual era a intenção, qual era o modelo que ele estava defendendo, então eles iam nos institutos, chamavam os funcionários, punham listas de presença na frente para assinar e fizeram isso de forma padronizada e os funcionários iam assinando e chegaram com essa lista lá, e “olha, nós do PSDB apoiamos a criação dessa agência porque os funcionários querem a implantação dessa agência. Vejam os artifícios que foram utilizados para que sensibilizassem a classe política da Assembleia, por isso eu oriento vocês a não assinarem nenhuma lista a menos que haja concordância do Sindsaúde para que vocês não sejam usados indevidamente, porque isso será depois utilizado na Assembleia Legislativa, muito bem, e foi um debate tremendo, foram meses de debate e tudo mais e aí fecharam a primeira votação, precisavam de 60 votos e não conseguiram, chegou à 43 votos, nós consideramos uma vitória, mas infelizmente uma vitória de curto prazo, porque depois de aproximadamente 20 dias, um mês, houve um trabalho, um rolo compressor dentro da Assembleia Legislativa, inclusive junto é alguns partidos da oposição que acabaram fazendo vista grossa em algumas questões que foram colocadas no intuito de obstaculizar a criação dessa agência, inclusive deputados do “PT”, “PCdoB” ficaram indignados com alguns colegas dos seus partidos que não do “PCdoB” que foi íntegro totalmente, mas alguns deputados do “PT” fizeram vista grossa a algumas questões que foram colocadas e conseguiram, se abstiveram no final, conseguindo assim, sensibilizar a classe política e no final conseguiram 60 votos e foi aprovado a APTA, mas eu volto a insistir, em 1978 foi também aprovado, mas não tinha o nome de agência, mas era Lei do Empresariamento, ficou conhecido como lei do ...

SONIA - Vamos passar para o Dr. Mikio e Dr. Paulo Seixas

DR. MIKIO - Bom, bom dia a todos eu estou aqui representando o Dr. Luiz Jacinto que tinha um compromisso estabelecido já anteriormente, então ele me pediu para estar aqui representando e principalmente ouvindo-os e muito menos, falando, mas eu fui surpreendido, aqui pela mesa que a Sonia me colocou também pra fazer uma fala e aqui ouvindo a fala do Dr. Barreto, Luiz Roberto Ribeiro Barreto e eu faço uma observação que há uma certa leitura perversa da constituição da Agência na Secretaria da Saúde e acho que assim pelo menos as pessoas que estão hoje coordenando e participando da comissão de pensar a Agência na Secretaria da saúde são funcionários históricos da secretaria e com certeza não passa pelo menos daquilo que foi colocado aqui nenhuma perversidade de querer suprimir, eliminar, sabotar, fazer alguma coisa no sentido que venha em prejuízo primeiro da missão institucional daquilo que nós temos que fazer e segundo o interesse de toda a coletividade dos funcionários que atuam hoje no setor.

Então, eu acho importante a gente reforçar um pouco o que é a exposição das intenções e das motivações que geraram o surgimento, a intenção de se criar uma agência na área da saúde, voltada para a área da saúde da coletividade, ela está expressa dentro desse documento. Eu espero que a platéia tenha tido acesso mesmo porque isto está disponível no site da Secretaria da Saúde, no site da Sucen, no site do Emílio Ribas, no site do Adolfo Lutz, a disposição de todos, para que realmente isso aqui possa ser um documento balizador e um documento que abra a discussão no interior da organização e que se busque nesse processo um aperfeiçoamento até que a gente possa constituir a Agência que está sendo proposta.

Fora as considerações históricas que se coloca até chegar um momento da importância dessa criação, porque se pensa na reestruturação com a criação da Agência, eu vou fazer aqui uma leitura do documento porque são essas as intenções que estão colocadas aqui, é essas intenções que nós estamos buscando, entre os avanços possíveis da reestruturação, proposta destacamos:

Primeiro- eliminar a sobreposição de ações realizadas pelas diferentes áreas da saúde coletiva e integrá-los efetivamente otimizando recursos e beneficiando os parceiros do SUS.

Otimizar os recursos administrativos e financeiros racionalizando processos administrativos.

ter consultoria jurídica própria e desta forma melhorar e agilizar a tramitação de processos necessários para que a instituição possa atingir seus objetivos.

Permitir contratos, convênios e contratação de pessoal com maior agilidade administrativa dando respostas rápidas sempre que necessária, para o controle de doenças, produtos e serviços.

Reduzir o tempo de pagamento de despesas, melhorando desta forma a qualidade e disponibilidade de fornecedores.

Possuir a capacidade de captação de recursos de diversas fontes.

realizar planejamento unificado, desenvolver política própria de recursos humanos atendendo às especificidades das ações de saúde coletiva.

Desenvolver os setores de informação, informática e comunicação incorporando aos grandes avanços ocorridos nessas áreas garantindo e possibilitando as atividades de coordenação, monitoramento e avaliação das ações realizadas em todo o estado.

E aqui está em seguida a caracterização da agência no que se pretende estar desenvolvendo.

Uma das orientações que se tem, e eu não vejo de uma forma assim, uma estratégia para enganar ninguém, e que uma das orientações e que nós tínhamos que pensar numa criação de uma nova estrutura que desse conta de um novo fazer de uma forma mais eficiente e eficaz, respeitando a cultura das instituições existentes.

E tem sido pautado o tempo todo, o trabalho em cima desse princípio, desse pressuposto básico, tento é que nessa comissão, hoje há uma comissão, constituída pelos diretores desses institutos que participam numa discussão de como construir essa agência.

Então não há em nenhum momento alguma coisa maquiavélica sendo proposta daquilo que está expresso aqui nesse documento.

Então eu, só para dar início a essa nossa conversa, eu gostaria que esta questão, esses documento fosse o documento balizador da nossa discussão porque é sobre esse documento que nós da Secretaria estamos trabalhando para a constituição da nossa agência, e a pelo menos toda uma intencionalidade, toda uma expressão de sentimentos, de vontades estabelecidos aqui dentro desse documento.

PAULO SEIXAS - Bom dia, Também completando a fala do Mikio, não acompanhei a concepção da Agência nos últimos tempos, estou acompanhando agora, depois que a gente entrou na secretaria o CRH faz parte do grupo que está discutindo e acho que foi interessante você colocar um pouco essa história anterior.

E questão de acostarmos, talvez seja a grande preocupação.

Em resumo, qual é a lógica da criação dessa Agência é a possibilidade de você ter a articulação das ações de diferentes instituições que trabalham no campo da saúde coletiva e você tem eventualmente problemas..., hoje na estrutura que você tem hoje, você tem redundância, você tem ações não articuladas, e a preocupação fundamental é ver como consegue colocar esse conjunto de ações que fazem parte da história da Secretaria da Saúde, são poucas Secretarias que tem esse grau de desenvolvimento nesta área mas de dar maior capacidade de ação e de resolução do que cada uma destas instituições tem que fazer.

Em relação a questão de Recursos Humanos veja a agência hoje em torno de (esse conjunto de ações que compõem a agência) 9000 funcionários, então isso não é uma pequena instituição que eu jogo para um lado, jogo para outro e tenho possibilidade de colocar eventualmente isso como um cargo de extinção se for intenção e não é isso, isso faz parte, esse conjunto de instituições que compõem a agência de pessoas que tem a história da secretaria e fazem parte desse núcleo de função da Secretaria da Saúde, então você não fica jogando as pessoas de um lado para outro achando que de repente pode acontecer alguma coisa porque até do ponto de vista legal, isso não é possível fazer, alguma grande inovação ou algum grande sei lá, mecanismo para prejudicar, despedir as pessoas ou sei lá o que, porque não dá e nem é nossa intenção, quer dizer você está trabalhando mais no sentido de otimizar o conjunto de ações e , tanto que o que a agência vem fazendo hoje, quer dizer, independente da lei que aí tem que montar direito a estrutura como é que , enfim como cria lá o conselho diretor, os diferentes cargos e estrutura da agência que vai dar o balizamento institucional para esse processo, jurisdição para esse processo, você tá desde já tentando trabalhar no sentido de fazer essa articulação, e o grupo que está discutindo a implantação da Agência hoje, está definindo algumas áreas, algumas ações que possam estar construindo esse pensar articulado.

Na área de recursos humanos especificamente a discussão toda que a gente está desenvolvendo vem por conta das capacitações do desenvolvimento de pessoal, até porque em relação a pessoal quer dizer, está escrito no documento, que as pessoas continuam dentro da agência, eventualmente quando for criada nova estrutura, e aí é de se imaginar , vejam são nove mil ( 9000 ) pessoas é uma parte importantíssima da estrutura da secretaria não é de imaginar que algo possa ser nesse sentido.

Primeiro não posso criar lei que diga e seria uma loucura fazer isso, porque essa não é a intenção da Agência dizer: bom daqui para frente as pessoas entram numa situação de ..., não consigo nem imaginar qual é o temor, especificamente, porque não dá pra..., enfim do ponto de vista jurídico institucional fazer qualquer coisa nessa linha, as pessoas estão lá, vão continuar lá, eu não posso, porque se cria uma Agência, criar um mecanismo de demitir as pessoas, não é possível fazer isso, é inconstitucional que isso aconteça.

NÃO IDENTIFICADA - Mesmo transferir?

PAULO SEIXAS - Transferir faz parte das possibilidades que estão colocadas para o estado, veja sempre tá colocado isso, quer dizer agora, vou transferir agora, a outra pergunta é o seguinte, tá bom, isso eu possa fazer sempre não é a Agência que cria essa possibilidade, não é por conta da Agência, essa é uma possibilidade que tá dada sempre, então isso não cria um fato novo, isso sempre pôde ser feito, a Agência vai definir o que vai fazer ,vai definir o seu conjunto de trabalho, talvez é possível imaginar que exista alguma espécie de racionalização em termos de cargos e de ... é possível é de se esperar que acontece inclusive, tá certo, nós não vamos criar um ..., parece que fica aquela idéia, então eu crio uma situação ideal , e superprotegida e perfeita com as pessoas ganhando bem e não sei mais o que, e pego todo mundo que está lá e jogo todo mundo para dentro da secretaria aí arrebenho a secretaria e fica uma Agência perfeita, pode ser essa uma fantasia que às vezes acontece, mas não é isso, não estamos fazendo agência pra fazer isso e nem pra arrebenhar a lógica da secretaria, a estrutura que está sendo pensada, quer dizer, mesmo que eu vá criar uma autarquia q que a autarquia incorpore contratação via “CLT” tá certo, ninguém vai fazer isso, primeiro da noite para o dia, até porque o governo não tem dinheiro para abrir cargo e dizer: bom esses 900 ficam aí, depois eu coloco outros 900 ou sei lá quantos por contratação de CLT. Isto é impossível, não tem sentido e não vai fazer porque não tem como fazer isso.

Então eu fico numa situação difícil, porque até queria ouvir mais qual é o receio porque tem coisa que você não pode fazer, não pode inventar coisa nova, não pode dizer por que cria Agência você... é diferente uma estrutura desse tipo com 9000 e estruturas pequenas onde você tem uma ou outra situação que eventualmente você podia imaginar que... uma estrutura com 100 funcionários deixe de ser uma coisa para ser outra.

Uma coisa é CVE, instituto Adolfo Lutz, o CVS são estruturas grandes, o que nós estamos tentando fazer é ver como é que elas conseguem trabalhar melhor e operar melhor no campo da saúde pública, é isso.

Que não são evidentemente institutos de pesquisa, só institutos de pesquisa então tem pesquisador no Adolfo Lutz, é possível fazer pesquisa e desenvolver para o “CVE” e outros lugares, é mas eventualmente as pessoas estão lá não fazem parte da carreira, mas mesmo essa carreira continua, com esta dentro do Adolfo Lutz , tá certo, tem alguma modificação, então o que muda, bom algumas coisas mudam, por exemplo no interior, qual idéia se faz? , hoje essas

estruturas estão muito ligadas a “DIR”, o que se espera que com a criação da agência que tecnicamente essas estruturas fiquem mais ligadas a agência, ao conjunto da agência, então você faz uma articulação desse conjunto de ações em função das diretrizes da agência, e que não nega função política que a “DIR” continua tendo, mas tecnicamente se espera que você trabalhe de forma mais articulada em função das demandas que a agência coloque. Aí muda, aí tem uma certa mudança, mas uma mudança que no ponto de vista funcional tem muito pouco a acrescentar.

Então eu fico assim, muito mais esperando as questões do que exatamente dizer o que vai acontecer, e... não tem muito o que acontecer, imagine o seguinte, veja a história do empresariamento, evidentemente existem possibilidades de fontes de renda alternativas tanto para o Adolfo Lutz, como para o “CVS” são as multas e as prestações de serviços que o “Lutz” faz.

E... do meu ponto de vista isto parece positivo, enquanto fonte de renda alternativa para recursos, isso vai financiar, evidentemente que não vai financiar, isso cobre um pedaço do recurso. Eventualmente dá alguma agilidade de recursos financeiros para fazer uma coisa ou outra, talvez fazer com agilidade do que você consegue fazer na administração direta da secretaria. Isso eu não acho ruim. Isso gera renda suficiente para poder mudar significativamente o salário, a remuneração das pessoas, muito provavelmente não, e a renda que você tem com a multa da vigilância, nunca foi feita, tanto que não volta para a vigilância, acaba indo para a Sucen, nunca foi pensada como mecanismo de enfim, indústria de multas para render recursos adicionais, etc. ... tanto é que ele é direcionado para uma outra área. E grande parte desta atividade está descentralizada.

Então, o fato de você ter possibilidade de recursos adicionais, eu acho que é positivo em função de coisas que você pode agregar no trabalho, na... principalmente em termos de investimentos, o que isto vai impactar em termos de recursos humanos, acho muito pouco também, porque não acho que esta renda seja suficiente para você Ter uma proposta de um recurso adicional para poder complementar o salário das pessoas.

Então é..., enfim acho que a possibilidade aí é de Ter qualquer mudança significativa é muito pequena, não sei, realmente eu fico numa situação difícil de dizer : bom, e o que vai acontecer... não, não vai acontecer isso, na lei você cria uma autarquia, essas pessoas, os próximos cargos, sei lá quando pode ser que venham a ser contratados pela “CLT”, não sei nem, não tá nem fechado essa proposta, mas pode até ser que sim.

Isso também não vai ser feito agora, não vai ser feito às custas das pessoas que estão lá agora, que não vamos prejudicar a secretaria para criar uma agência. Imagine o transtorno dentro da secretaria, já está sendo um transtorno agora com o negócio núcleos, não se tem alguém aqui. Mas tem o processo de fusão dos núcleos, porque houve a municipalização, não tem sentido você Ter todos os núcleos lá e tal. Bom, se tem a fusão as pessoas não ficam lá no mesmo lugar, por que vai juntar o espaço físico, etc., temos que redistribuir essas pessoas respeitando suas expectativas, suas coisas e tal. Já é um transtorno trabalhar com 2,3 núcleos, com 2 núcleos e fazer uma redistribuição adequada, sem enfim, prejudicar o interessadas pessoas e tal. Imagine fazer uma coisa desse tipo com 9000 pessoas, é possível fazer, é possível, o Maluf fez, criou aí um êxodo de funcionários da secretaria municipal que as pessoas que não iam aderindo ao PAS, iam correndo para diferentes lugares, aí ia chegando o PAS e as pessoas iam correndo. Então fez uma... e nem tem sentido e não é essa a lógica dessa proposta.

Então, enfim o que eu posso dizer é isso, pode não ser muita coisa, deixar claro para vocês que não tem nenhuma malignidade atrás dessa coisa e mesmo a flexibilização que é possível dar com a autarquia do ponto de vista da remuneração pessoal vai acarretar muito pouco, para não dizer nada, não quanto isso em termos de valores acaba, enfim influenciando, mas certamente a distribuição desses recursos do ponto de vista financeiro e de interesse pessoal praticamente não vai existir, isso é um recurso que dá agilidade para você fazer investimentos, comprar equipamentos.

Sim, claro veja tem.. você pode ter lá o prêmio incentivo porque o prêmio de incentivo prevê a criação dos prêmios de incentivo especiais e tem lá um prêmio. A lei do prêmio incentivo não prevê você pagar para o municipalizado, tá certo, isso é uma outra coisa, é outra conversa, e municipalizado e aí a prefeitura inclusive se comprometeu a pagar.

Agora, esse pessoal da agência não é municipalizável não é essa a proposta que está colocada, esse pessoal está aí para trabalhar dentro da Agência. É possível você fazer algum redimensionamento no prêmio incentivo, quando o conjunto de pessoas que estão lá e tem um prêmio incentivo, bom é possível, tá bom, aí é uma negociação específica da área porque está dado, isso dentro de uma possibilidade de manejo de recursos humanos. Existe uma proposta concreta e definida em relação a isso, mas não existe.

Não sei se foi esclarecedor mas o que eu consigo dizer é isso. Fim. Obrigado

SONIA - Antes de passar para o próximo aqui na mesa, só queria combinar com todo mundo, nós vamos passar primeiro todo o pessoal aqui da mesa para falar e depois nós vamos abrir o debate, perguntas, esclarecimentos, para o povo segurar um pouco aí.

Vamos passar agora para o próximo expositor que é o Dr. Ricardo de Menezes que é uma experiência aí da ANVISA.

RICARDO MENEZES - Bom, deixa eu me apresentar, meu nome é Ricardo Menezes eu estou aqui representando a Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, uma entidade que existe à 12 anos, publica boletins, edita livros, etc.. Eu sou médico sanitário da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria Municipal da Saúde, eu fui convidado pra fazer uma análise crítica da “ANVISA”.

Bom, é uma encomenda complicada, não é que seja tão complicada, é que a ANVISA é de 1999 e a gente está discutindo justamente um processo agregatório de áreas afins com a vigilância epidemiológica, sanitárias, laboratórios de saúde pública enfim, a área da saúde coletiva e a ANVISA é algo bastante, é um compartimento dentro da saúde pública então eu fiz uns slides, só fazer um tipo de abordagem e aí eu falo, entro na ANVISA com mais naturalidade, eu vou projetar e vou falando em pé daqui da frente, tá bom...

Algumas transparências ficaram com problemas mas, dá pra rapidamente falar.

## FIM DO LADO B DA FITA 1

Moléstias epidêmicas e conter as que já existiam naquela época no estado que são outras, isso lembra a “SARS” essa doença que hoje apavora o mundo, e depois o estado como tem mais recursos estudar cientificamente as questões referentes à saúde pública.

A fiscalização do exercício da medicina em farmácia ficaria a cargo dos estados porque seria algo mais complexo, porém a fiscalização dos hospitais, casas de repouso, no código sanitário que está mais abaixo, que foi promulgado no ano seguinte, que foi editado no ano seguinte se coloca a fiscalização de hospitais e casa de repouso como uma atribuição municipal, mas a questão da medicina da fiscalização era como uma competência dele, mas no ano seguinte o código coloca também essa competência para o municipal.

E, organizar os dados, os dados estatísticos do estado nas grandes tarefas do estado, isso, com o tempo reverteu, porque os municípios, se hoje tem poucos municípios, tem condição de dar conta disso, imagine na época.

Aí foi promulgado no ano seguinte o primeiro código sanitário do Brasil, e a reorganização no 3º artigo já fala que vai haver a promulgação de um código sanitário. E aí esse código, ele adota o que eu já falei, ele trabalha com esses conceitos que hoje a gente tem vigilância sanitária epidemiológica integradamente em todo momento que lembra até o nosso atual código sanitário que é de 1998, e lá pelas tantas fala que, a vigilância sanitária epidemiológica constitui um campo indissociável de práticas, que é de verdade, para ser eficaz tem que trabalhar junto senão não dá certo.

objeto desse código, ele tratou na época de meio ambiente com detalhes, porque explicar direitinho os municípios, o código é bem didático, dos ambientes de trabalho porque fala das oficinas, fábricas, etc., menor trabalhando, disciplina, estas questões todas, dos serviços de saúde, tratam das casas de repouso, hospitais, etc.. e tratava na área de produtos de alimentos porque, nessa época o estado ficou com os medicamentos na área da farmácia.

Isso ocorre antes da união do governo federal fazer algo semelhante, mas em 1904 aí era de Osvaldo Cruz, o Brasil tinha um modelo de exportação, agroexportador como se chama historicamente na economia, a gente precisava de que entra-se mão de obra estrangeira aqui para tocar a economia e desenvolvesse o capitalismo brasileiro, etc. a gente tem uma grande reforma sanitária que visava conter algumas grandes epidemias particularmente a febre amarela, que em cidades importantes como o Rio de Janeiro que dificultava tanto exportar como Ter imigração de mão de obra para o país.

Então, em 1904, a gente tem uma primeira grande reformulação dos serviços sanitários no Brasil, e ele também segue a mesma lógica do Estado de São Paulo, articula-se a intervenção com a informação dos dados estatísticos, dados epidemiológicos, com os laboratórios e inclusive com a assistência, os compartimentos não aparecem como hoje esse divisões. Eu vou falar porque essas divisões aparecem, a gente passou a conviver, então essa foi uma grande reforma que fala lá pelas tantas, no artigo I que haveria de confeccionar a república, a união de um código sanitário, um código farmacêutico.

Em 1920 tem uma outra grande reorganização no serviço de saúde pública do Brasil, que é a reforma de Carlos Chagas, aqui quanto à questão de funcionários, essa reformulação de 1920 é interessante porque ela assumiu funções que eram da cidade, o município do Rio de Janeiro, o Distrito Federal portanto assumiu os funcionários então, existe uma grande preocupação nesse momento dessa regulamentação de inscrever até com algum detalhe que o funcionário haveria de ficar trabalhando com os mesmos direitos na união, se quisesse voltar para o município, voltaria depois de cessar a comissão, porque eles escreviam assim na época. Aqui tem uma grande reformulação que cria um departamento

que na área da saúde pública do Brasil foi histórico, que o Departamento Nacional de Saúde Pública foi criado em 1920.

A lógica continua sendo a mesma lá do código do século 19 que eu já mostrei anteriormente do estado de São Paulo.

Em 1923 eu já acabo a história na seqüência, é regulamentado aquele departamento nacional de saúde pública se edita o eu acho, o documento da área de saúde pública mais competente que já se viu. Não é pelo tamanho, é competente pelo conteúdo para o momento em vinte e três que foi redigido, edita – se um decreto regulamentando o funcionamento do departamento que é uma coisa deste tamanho, que tem mil seiscentos e setenta e nove artigos. Agora por quê? Porque a técnica de legislar da época, você falava o que o órgão faz, o que cada funcionário faz, do diretor até o porteiro, tem porteiro também, e lá em cima fala assim o Presidente nomeia do diretor do departamento, ministro da justiça dos negócios interiores, esse departamento não era ligado ao ministério da saúde por que não existia. Nomeia tais e tais cargos e vai vindo, até que chega o momento que tem escrito no regulamento, tais e tais funções são de carreira, é muito interessante, por isso que acabam “mostro”, mas também esses sanitaristas dessa época eram competentes, mas eles pretenderam regulamentar a realidade, é muito difícil, mil seiscentos e setenta e nove artigos. Mas de qualquer forma, é muito competente, esse decreto ele foi o regulamento sanitário federal durante muitas décadas era o único que existia, até a década de 50, e agora de revogação mesmo ele foi revogado formalmente só pelo Collor em 1991. Agora nesse decreto, regulamento Sanitário Federal, como ele é conhecido, ele trata da expressão vigilância sanitária de uma forma muito curiosa, nesse regulamento, vigilância sanitária quer dizer: Vigilância de pessoas doentes ou também vigilância médica que é similar, seria sinônimo, vigilância de comunicantes dos doentes, pessoas que entraram em contato, parentes, etc. a vigilância de estabelecimentos de saúde, de locais de trabalho, de drogarias, farmácias e com um detalhe, fala detalhadamente do que você olha nas farmácias, etc., etc., dos locais como o porto, porque aqui se disciplina toda essa questão de fronteira, de aeroporto, porto – aeroporto – fronteira, isso é uma competência clássica de governos federais em todos os países do mundo, e o meio – ambiente e as cidades, quando se fala das cidades marítimas para introduzir toda essa questão de porto se fala da vigilância sanitária das cidades marítimas e fluviais, esse decreto é um grande regulamento tecnicamente muito bom que vigora até a década de 50 mas, formalmente ele só foi revogado em 91.

Essa coisa que eu mostrei antes de 30, onde o Brasil era sem comparação em termo de acumulação de recurso, não era comparável com o que hoje, nossa realidade de hoje, nessa época esse grupo de técnicos eles conseguiram verdadeiras prosas e com a mais absoluta competência no plano da saúde pública, eles controlaram várias epidemias importantes, esses sanitaristas até 30, febre amarela, varíola, o Rio de Janeiro para quem conhece sofreu verdadeiras reformas urbanas num país pobre para controlar a febre amarela naquele momento e até hoje quem conhece o Rio, a parte da rodoviária, do porto, foram do começo do século XIX, reformas dentro do bojo do controle da febre amarela, etc.

Por que, que eu grifo isso? Porque eles tinham em comum quando você vai lendo toda essa época, um extremo detalhamento ênfase na questão das atribuições, que era uma técnica de fazer lei da época mas, era muito detalhado e de carreiras. As estruturas tinham carreiras, falavam o que o médico fazia, o que o farmacêutico fazia, quantos eram, quantos não deviam ser, o que o porteiro fazia etc., os técnicos etc. Então, isso são traços comuns que, afóra o respaldo político que tiveram na época, resolver certas coisas nessa época era importante economicamente, afóra isso tem mais coisa que explica esse êxito todo que eles conseguiram na época, as estruturas eram, estáveis desse ponto de vista de ter carreiras de ser tudo muito bem organizado nesse ponto de vista e a abordagem dos problemas não, era fragmentada.

Só para citar um exemplo esse regulamento Sanitário de 23 lá pelas tantas quando fala de hospital ele diz o seguinte, um dos dramas da saúde pública da época era a chamada febre perperal, a mulher tinha uma infecção na maternidade no perperido depois de ter o filho e era muito grave essa situação toda em função das condições todas os ambientes hospitalares, etc.

Esse regulamento chega ao requinte de falar que quando se houvessem casos de infecção perperal haveria ao autoridade sanitária explicar aos médicos os conhecimentos mais atualizados do ponto de vista clínico epidemiológico.

Isso eu dei esse exemplo porque a abordagem não fragmentada dos problemas foi uma tônica até 1930 que é a seqüência disso aí a gente vai chegar na agência de vigilância sanitária com certeza.

Então dito isso, a partir de 1930 para desenvolver esse país tem um progresso econômico, você começa a ter uma centralização a nível federal e uma série de questões começam na área da saúde caminharem diferentes.

A partir do final da década de 30 até o começo da década de 70 a gente assiste uma clara opção por privilegiar o desenvolvimento da assistência médica individual, as grandes institutos de aposentadoria na época que também prestavam assistência médica, várias categorias profissionais em detrimento das ações de saúde pública. Isso é clássico.

Quem melhor estudou esses quarenta anos de descaso com a saúde pública foi o professor da UNICAMP Gastão Wagner de Souza Campos que é o atual secretário executivo do ministério ex – secretário de Campinas da saúde e ele coloca que na verdade nesses quarenta anos, não é que as técnicas, as práticas da saúde pública fossem mais caras ou não houvesse dinheiro é que houve uma clara opção política por não desenvolver, como a época a partir de 30 poderia ter propiciado, porque o Brasil começa acelerar em termos de desenvolvimento econômico e social etc., não houve uma opção de caminhar na área de saúde pública e sim claramente uma opção pelo desenvolvimento da área de assistência médica individual, para o controle da mão de obra, mas também manter os trabalhadores hígidos e trabalhando, etc.

Isso são quarenta anos que se passam, é claro que quando você faz uma abordagem histórica, tem muito coisa na área de saúde pública nesses quarenta anos boas que foram feitas, na abordagem histórica você tem sempre que falar nisso.

Claro que teve muita gente boa, muito técnico bom, coisa interessante, mas se você compara com outro período não, ficou marginal, muito pouco se fez para a saúde da coletividade se desenvolveu a assistência médica individual mesmo.

Aí, a gente chega em 1985, na nova república no fim da ditadura, a área de vigilância sanitária nesse interdito da saúde pública, a área da vigilância sanitária e epidemiológica foram não priorizadas ao cúmulo.

Quando chega na nova república, a área por exemplo vigilância sanitária federal de registros de medicamentos, de controle de qualidade de medicamentos que era basicamente a única coisa que o governo federal fazia, era produtos, alimentos, medicamentos nessa ordem, era uma coisa muito ruim. No governo SARNEI um grupo de médicos sanitaristas e outros técnicos da área de saúde foram tentar reorganizar a secretária de vigilância sanitária, conseguiram um pouco e caíram, porque começou a mexer com interesses econômicos das indústrias, das grandes empresas multinacionais enfim interesse do capital.

Eles conseguiram começar a normatizar a área de vigilância sanitária de serviços de saúde que ficou quarenta anos abandonados e estabelecer algumas normas em relação a alguns produtos, por exemplo esses produtos que a legislação chama de produtos correlatos são os produtos que são utilizados nos hospitais, os cateter, os equipamentos, as camisinhas, tudo o que não é medicamento saneante cosméticos, a legislação acabou fazendo um grupo que é um monstro mas são produtos bastante importantes.

Somente em 1986, 1987 é que se retomou a questão de tratar desses produtos e de tratar da vigilância sanitária de serviços de saúde que aí já tinha a AIDS, uma série de infecções hospitalares e tudo mais, a estrutura do ministério não tinha carreiras, não se priorizou isso, no ministério da saúde a nível federal.

Depois a gente tem a década de 90 com duas comissões parlamentares de inquéritos tratando de medicamentos 91 e 95 em 98 a gente tem uma crise que já vinha se anunciando, que é a crise da falsificação de medicamentos, uma crise gravíssima, aquilo tudo de fato estava se dando daquela forma um descontrole absoluto no país.

E aí a ANVISA foi a solução que se encontrou para dar resposta a esta situação de caos.

Agora só uma parte, em toda essa questão histórica que eu coloquei, São Paulo foi o único estado que desenvolveu sua área de saúde pública, os outros estados não desenvolveram, muito precária, a maioria desenvolveu na década passada 90, 80 São Paulo não foi criando grandes estruturas, mesmo no período que estava tudo centralizado no governo federal, período do Vargas particularmente, São Paulo desenvolveu e criou grandes estruturas de saúde pública, isso é uma ressalva importante que a gente tem que fazer, são essas estruturas que a gente trabalha. Na crise 98 no meio do ano eleitoral se impôs uma solução, se criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária nome da moda que era Agência, por umas outras questões, então para se dar cabo daquilo se criou a ANVISA.

Então eu cheguei na ANVISA, no caos porque a situação particularmente na única coisa que era exclusiva responsabilidade do governo federal que é registro de produtos e essa coisa toda, existia um caos mesmo.

A ANVISA é uma autarquia especial, como ela começa a operar? com os funcionários do ministério da saúde da antiga secretária de vigilância sanitária naturalmente, não ia se contratar mil pessoas do dia para a noite e até hoje opera com aqueles funcionários e depois os que vieram a ser concursados.

A ANVISA é uma autarquia especial, outro dia a gente teve uma reunião para discutir a autarquia do município estava a professora Sueli Dalari, que ela é professora de direito sanitário, professora da faculdade de saúde pública aí ela disse uma coisa lá que muito mestre lá, ficou surpreso ela falou, olha sobre essa discussão da autarquia versus administração direta, ela falou a autarquia é administração direta, autarquia é uma forma que a administração direta encontra de descentralizar um grupo de ações que ela quer que uma estrutura dela cuide com mais agilidade é sempre essa a explicação, e aí ela colocou que não deixa de ser da administração direta, outra coisa que ela colocou, você pode dar autonomia na administração direta, também pode, existe um ditado popular que fala que o pau bate no Chico também bate no Francisco. Você dá autonomia para administração direta ou indireta, depende de quem formula a lei e

de quem vota.

Mas de qualquer sorte é autarquia, é uma forma da administração direta no caso o governo do estado de São Paulo, o governo federal se organizar. Dito isso, essa lei foi uma medida provisória, ela foi aprovada por voto de liderança, sequer foi votada no plenário, logo no começo de 1999, porque houve um grande acordo, votaram por voto de liderança de governo e oposição um monte de leis na época.

A legislação da ANVISA, aquilo que esta entre aspas citação da lei tipifica, traduz o fato de ser autarquia especial por três questões, independência administrativa, tudo bem estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Eu gostaria só de tratar da estabilidade dos dirigentes, porque a idéia é ora, eu mantenho imune as pressões e que são poderosas, é pressão de governante, é pressão de multinacional, de grandes grupos que tem hospitais, não é qualquer coisa, mas a idéia é assim, eu mantenho uma estrutura imune a essas pressões todas dando estabilidade para uma diretoria colegiada, então o sujeito entre tem três anos de estabilidade vai embora ou eu coloco ele de novo fica mais um tempo e ponto, dois mandatos. Isso é uma coisa que na minha avaliação é um grande equívoco, porque quem tem que ter estabilidade é quem fiscaliza, porque quem é pressionado é quem entra numa indústria farmacêutica, num hospital, vai na Vila Carioca discutir com a SHELL o dano ao meio ambiente, vai nessas empresas grandes ou pequenas, as vezes as pequenas conseguem ter um poder muito maior. Quem tem que ter estabilidade é quem fiscaliza não digo a área administrativa, mas quem fiscaliza com certeza, é vulnerável sim, dirigente na minha opinião eu acho um equívoco isso, mas foi o formato que se adotou no governo federal para todas as agências do período Fernando Henrique.

Depois tem o seguinte, mesmo esse estado neoliberal, o discurso do estado enxuto, etc. jamais deixa de colocar que é uma função típica do estado que só o estado pode fazer, a questão de intervir nas questões sanitárias, ora se é assim, você não pode ter cidadão vulnerável que pode ser demitido porque contraria interesses econômicos muito poderosos.

Carreira, como está a ANVISA em relação a carreira? não existe.

A ANVISA contratou, já que não tem carreira, ela tem contratado por seleção de curriculuns e entrevista, e ai tem algumas exigências que eu acho que é pertinente no caso deles, inglês, porque o sujeito tem que ler um monte de protocolos de produtos que entram no Brasil, para certas áreas tem essa exigência. Bom porque não tem carreira? em 2000 o governo federal editou uma lei de carreiras das agências federais, a lei só prevê a contratação por CLT e isso entrou na justiça questionando a inconstitucionalidade justamente deste artigo dessa lei de 2000, a alegação do agrupamento que entrou é que essas funções típicas de estado, banco central intervir nas questões sanitárias, receita federal, tudo típico do estado, você tem que ter gente estável, não pode ser CLT que é descartável e um juiz federal acatou a está no supremo isso para ser resolvido, por isso que a agência não tem carreiras. Está lá no Supremo Tribunal Federal daqui é isso.

Comentário sobre a agência. Porque é análise crítica da agência, olha a lei da agência aqui, porque em 1990 depois que a constituição regulamentou a saúde, duas leis foram, muita gente sabe disso, ou todos, duas leis foram editadas, a lei orgânica da saúde que regulamentou tudo, é uma lei que regulamentou conselhos nacionais de saúde, conselho estadual, enfim os controles sociais do SUS ( sistema único de saúde).

A lei da Agência embora crie conselhos, passa ao largo, finge esquecer que existe uma legislação bastante clara que fala dos controles por parte do Conselho Nacional de Saúde, isso é um problema, não é porque é autarquia que o Conselho Nacional de Saúde não vai fiscalizar, é competência do Conselho Nacional de Saúde fiscalizar, olhar o dinheiro, o recurso, tem competência legal para tudo, isso é um problema que espera-se que se resolva.

E aí eu acho que é o mais importante, porque é a coisa técnica, por mais que tenha havido avanços importantes de 1999 pra cá, na medida que se institui a ANVISA, tem algumas coisas que você observando bem, você vê que se não houver, vai ficar assim, ou seja, com pouca possibilidade de intervir melhor nas questões da saúde pública.

Por exemplo a ANVISA tem uma articulação boa com o laboratório de saúde pública nacional que é o “NCQS” que tem uma relação assim, o “NCQS” é subordinado administrativamente a Fio Cruz e tecnicamente a ANVISA e dá conta do recado das demandas nacionais e é uma relação interessante, isso é uma articulação que um órgão de vigilância sanitária se não tiver laboratório de saúde pública, é melhor fechar.

A ANVISA se articula bem com o Lutz, com os laboratórios importantes de saúde pública do país que são poucos, basicamente “NCQS” e “Lutz” os maiores. Tem alguns outros que eu me esqueça.

Agora começa um grande problema, essa coisa de intervir, de controlar, de monitorar, você precisa de dado, dado epidemiológico, dependendo do assunto, você precisa controlar as reações adversas a medicamentos.

Antes de ontem, aliás, morreram pessoas por contraste. Você precisa estar próximo de uma estrutura dentro de você mesmo que faça isso, que saiba fazer isso, lidar com dados epidemiológicos, etc. ...

Esse eu acho que é um dos grandes problemas da agência porque não existe uma articulação permanente a um nível federal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária com o órgão federal de Vigilância Epidemiológica é pontual

até agora, pode mudar mas, até agora é pontual.

Duas outras articulações, que são um grande problema é grave torna a agência em certos momentos absolutamente ineficaz e impotente é a falta e uma opção equivocada no momento de criar a agência eles optaram por não dar conta de duas coisas.

Uma do ponto de vista da saúde, a vigilância do meio ambiente, do nosso ponto de vista ,da saúde. A outra eles optaram por não dar conta do ponto de vista da saúde das questões que envolvem a vigilância dos ambientes de trabalho, dos processos de trabalho, isso dito por funcionários deles mesmos em reuniões, etc. Em certos momentos fica absolutamente vendido nas situações.

## FIM DO LADO A DA FITA 2

Um órgão de vigilância sanitária que avalia a condição de funcionamento de Hospital e etc., que não se articula permanentemente com a estrutura que cuida de auditar, ver o prontuário, ver se os médicos, os profissionais enfim estão procedendo adequadamente em função de normas que o próprio SUS estabelece, essa equipe toda faz que auditoria, avaliação e controle, se um órgão de vigilância não se articula com esse grupo, acaba que ele não dá conta de avaliar os serviços de saúde, fica difícil também. Eu repito, articulação pontual não adiante, tem que ser algo permanente.

E aí uma última articulação que é óbvia, se você vai ver condições de funcionamento de serviços de saúde, você tem no SUS uma íntima articulação com quem gerencia, coordena os serviços de saúde do SUS , não estou falando só os públicos, os públicos contratados pelo SUS também.

Se você tem esse corte fica uma coisa esquizofrênica, você não colabora, e acaba que você não qualifica os serviços de saúde, está longe de quem audita, vai lá porque o pessoal vai ver o prontuário, a questão do ponto de vista clínico inclusive a depender do assunto, porque tem normas, tem protocolos, etc. ...

E se você está desarticulado por outro lado de quem coordena e gerencia toda a rede de assistência você tende na área de serviços a de fato não ser eficaz.

Avança salientar , muitos avanços técnicos na área de produtos, pessoas novas, treinamento das pessoas que estavam lá já a algum tempo no ministério, na secretária de vigilância sanitária em especial na área de medicamentos, produtos correlatos, que foi um avanço muito importante, que é essa grande área de produtos que tem de tudo, equipamentos médicos, as camisinhas, os cateters e a área de alimentos também mas a ênfase é medicamentos e esses produtos correlatos, tem avanço técnico importante. A área de serviços de saúde avançou nos seguintes termos, o órgão federal a partir de 30 abandonou ao contrario do que vinha vindo até a década de 20, abandonou a questão da vigilância sanitária dos serviços de saúde , a estrutura organizacional da agencia, foi criada por um decreto, ela criou vários grupos para cuidar dos hospitais, da dialise, sangue, etc...

Até 2000 o nível federal parece nessa área treinando dialise, serviço de hemoterapia, depois desaparece e essa é uma área que historicamente só São Paulo desenvolveu, os estados não desenvolveram até a década de 90, porque que se retira, por uma coisa absolutamente equivocada que é muita atenção hoje da ANVISA com os estados, com os grandes municípios, é uma opção na área de serviços que eles adotaram, opção de trabalhar usando mecanismos chamado acreditação que é um mecanismo respeitável, mas não para um órgão que é detentor de poder de policia administrativa, fecha estabelecimento, esse tipo de órgão tem que treinar sim seus técnicos, mas para inspecionar não para você fazer roteiros manuais e dar para esse estabelecimento se auto-avaliar e depois devolver. Isso em sua consciência não da certo pode ser o mais ingênuo, isso não dá certo. Atualmente a grande tensão que tem com a ANVISA é essa questão dessa opção que significa não fazer a vigilância sanitária de serviços, portanto não treina as equipes estaduais, etc...

financiamento é um mérito, antes não havia um repasse regular de recursos, tem uma discussão política aqui que eu não vou falar não. Mas a questão é a seguinte, com a secretaria de vigilância sanitária pré- ANVISA o repasse era uma coisa que não existia regularidade, as vezes se devolvia dinheiro porque não gastavam, não gastavam no exercício então tem que devolver , essa é a regra do jogo, então o financiamento é uma coisa que foi positiva com a ANVISA.

Em três conferencias nacionais de saúde se colocou a necessidade de se haver uma conferencia nacional de vigilância sanitária e essa conferencia foi realizada no final de 2001, e basicamente todas essas questões centrais que eu falei aqui foram aprovadas nesta conferencia, foi uma conferencia grande, foi grande em São Paulo, grande no Brasil cheia de discussão, que participou muitos usuários mesmo, então essa questão toda da instabilidade para quem fiscaliza, agencias voltar por conta dessa fragmentação, desse isolamento na direção do SUS, voltar a ser subordinadas diretamente ao ministério mesmo, isso tudo foi aprovado nessa conferencia e foi uma conferencia enorme, cheia, discutida, e com a presença de usuários que colocavam desde as coisas mais complexas até as coisas mais simples, não foi uma coisa

de técnico.

Por conta disso tudo que eu coloquei de positivo, mas particularmente da avaliação crítica, ao longo do tempo varias medidas provisórias mudaram a lei que cria a agencia, então tem varias modificações mas isso eu acho que não é interessante. Era isso que eu podia falar. Obrigada.

SONIA - Então vamos recompor a mesa, nós vamos combinar agora, ainda falta o companheiro Jorge Caiano para fazer sua fala sobre a questão do gerenciamento do SUS e depois nós vamos tocar direto e aí fazer o debate, então nós não vamos fazer o intervalo até porque senão a gente perde o ritmo do debate, então vou passar para o companheiro Jorge.

JORGE CAIANO - Bom dia a todos eu vou fazer uma fala rápida porque eu tenho a impressão que muita gente esta tentando acompanhar essa discussão e querer esclarecimentos. Então vamos tentar partir mais tempo para essa parte de esclarecimento.

A minha fala tem um pouco a pretensão de estar passando pela questão das formas de gestão novas que vem sendo criadas dentro do SUS, eu queria começar falando da própria terminologia agencia, eu acho que é importante a gente não perder essa referencia em relação a historia da criação das agencias que começa principalmente dentro da visão de reforma do aparelho de estado, e essa discussão sobre reforma do aparelho de estado é uma discussão bastante polemica porque ela sempre passa por dois recortes, muitos dizem que uma grande reforma do aparelho de estado que aconteceu na área de saúde foi a própria criação e a invenção do SUS, e uma reforma de estado, é atualmente a própria UPS esta querendo de certa forma fazer um processo de exportação da chamada tecnologia de gestão do SUS como uma tecnologia que deveria e poderia estar sendo aplicada e adaptada nos vários países da América latina. Essa é uma preocupação da própria UPS reconhecendo que os vários desenhos e reformas do aparelho de estado na área de saúde resultaram em grandes fracassos em diversos países, principalmente na Colômbia onde o modelo de reforma do estado na área de saúde procurou de certa forma consolidar um chamado Consenso de Washington e se revelou um grande fracasso, dos pontos de vista de assistência e atendimento direto a população, mas a historia da criação das agencias dentro da concepção de reforma do aparelho de estado, tem uma outra visão que parte do pressuposto e as agencias começaram a ser criadas principalmente numa visão de agencias de regulação, parte do pressuposto que o estado não tem capacidade mais de investir e que é necessário que uma serie de funções ou atribuições que antes eram reservadas ou esperadas que o estado desenvolvesse deveriam ser abertas para exploração pela iniciativa privada.

As agências começaram a ser criadas principalmente pensando em termos de atração de investimentos para áreas de infra-estrutura, o pressuposto para que a iniciativa privada entre com investimentos pesados em áreas de infra-estrutura é de que esses investimentos são de uma maturação de longo prazo, você não aplica este ano um investimento por exemplo na construção de uma usina hidrelétrica para começar a render em seguida, são investimentos de longo prazo e prazo e para que esses investimentos sejam atrativos, você precisa ter o que se alega em vista de atração de capital é instabilidade de regras. Estabilidade de regras significa que você tem ter a garantia da permanência de uma determinada regra através da qual uma empresa privada vai se dispor a fazer um investimento de longo prazo, isso implica na necessidade de criar uma agencia que esteja relativamente imune as chamadas pressões. O Ricardo estava lembrando da área de vigilância de medicamentos, vigilância de produtos de saúde e tudo mais como uma área sujeita muito a pressão das empresas, mas para as empresas quem esta querendo pensar em termos de investimentos em infra-estrutura com maturação de longo prazo para as empresas interessa pouca ingerência da política do estado.

A agencia é criada basicamente para garantir que haverá uma estabilização de regras e portanto aí, a estabilidade dos dirigentes e tudo mais que devem ser escolhidos e preferencialmente ser mantidos independentes de mudanças de governo, essa que é a questão e aí é que esta havendo todo esse debate hoje em relação ao formato como as agencias foram criadas e se desenvolveram no Brasil de certa forma acabou criando o chamado capitalismo sem risco, porque você garante através de clausulas de reajustes e tudo mais, da uma garantia de certa forma absoluta de que essas empresas vão ter lucros astronômicos, se você tem uma crise de energia elétrica, você paga porque esta em crise de falta de energia e se depois você tem excesso de energia, você paga porque tem excesso de energia, essa é a sina do funcionamento das agencias que estão atuando principalmente olhando na questão da atração de investimentos e por isso que o governo esta querendo fazer um processo de revisão a respeito dessa historia do grau de autonomia das agencias em relação do interesse chamado nacional ou interesse da população. Essa é a polemica que esta sendo gerada agora, dentro das chamadas agencias de regulação, me parece que a grande polêmica que existe é visualização do Banco Central como uma agencia. Se o Banco Central ganha autonomia e tudo mais, na pratica ele funciona como a grande agencia de regulação não só dos juros, mas também do próprio processo de desenvolvimento econômico, e é isso que o Chico de Oliveira faz a grande critica em relação ao processo de autonomização do Banco Central de que se o estado reconhece a autonomia do Banco Central ele deixa de ser necessário, o estado não precisa mais existir,

como se uma entidade externa ao estado, autônomo ao estado, regula vamos dizer as taxas de juros e toda a questão econômica, então para que o estado.

A história da criação das agências tem um pouco a ver com essa história da criação de estruturas que procurem responder de formas alternativas ao chamado reconhecimento do enfraquecimento do aparelho de estado, quando você começa a utilizar a terminologia e esses princípios gerais para a área por exemplo social é que começa a grande confusão, porque o conceito de agência de regulação aplicado para área de saúde, onde o termo correto não é regulação e sim fiscalização e controle que é o que está no SUS o papel do Sistema Único de Saúde no que diz respeito a prestação de serviços ou criação de produtos e prestação de serviços pelas empresas privadas, parte do pressuposto de que o SUS deve conviver com setor privado de forma complementar mas cabe o papel ao SUS de vigilância, fiscalização e controle, se você altera essa visualização de vigilância e controle para uma visão na linha da chamada regulação, você está mudando um pouco o próprio conceito do papel da função do aparelho de estado. Eu tenho a impressão que isso que tem haver um pouco com a fala do Ricardo Coelho quando ele diz que se houver uma visualização de uma entidade que tem o poder inclusive de fechar empresas, por exemplo, esses laboratórios que produzem produtos de contrastes, você avança mais na linha de acreditação, da melhoria de qualidade você está de certa forma fazendo uma alteração daquilo que seria o papel indelegável do aparelho de estado.

A ANVISA pode servir um pouco com referência no processo de reflexão sobre a criação da agência de controle de doenças mas especificamente no que diz respeito a agência e a proposta aqui de São Paulo eu acho que é uma coisa que talvez o Mikio devesse esclarecer melhor, e que os argumentos na defesa da criação da agência, partem de um reconhecimento de uma fragilidade do sistema existente hoje mas não se aprofunda neste diagnóstico. Se todo mundo partir para o pressuposto da aceitação de que é necessário criar uma agência como resposta a essa situação atual, você está dizendo que a situação atual é insatisfatória, mas não está dizendo porque partindo do pressuposto que todo mundo acredita nisso, que é uma situação insatisfatória, acho que essa é uma questão que é importante que fique mais claro quais são os argumentos reais de avaliação da estrutura e dos serviços hoje existentes para você propor uma alternativa que seria a criação de uma agência. A outra é o seguinte reconhecido que o sistema existente hoje, as estruturas existentes estão sobrepostas tem sobreposição de funções, tem conflitos, tem problema de agilidade e tudo mais, a única resposta é a agência? eu diria que não. Essa é uma outra questão, a figura da agência responde a essas demandas de melhora e de capacidade administrativa e tudo mais, pela experiência que a gente tem visto da criação de estruturas autárquicas que acabam de certa forma consolidando o processo de fragmentação da visão que a gente tem de um sistema chamado único, porque se o pressuposto é da autonomia e da independência você acabou criando estruturas que acabam se colocando a parte e de forma paralela ao SUS, e particularmente aí você gera duas situações, uma que é a gestão do controle social que o Ricardo já lembrou, há um risco cada vez maior de que processos de autarquia e autonomização de estruturas gerem uma forma de fugir do chamado controle social, que está claramente previsto dentro do SUS e a outra é no que diz respeito a política de recursos humanos porque, porque a grande agilização administrativa que se espera sempre diz respeito a forma de administrar recursos humanos e acho que é onde pega todas as questões relacionadas com criações das agências. O nome agência, mas na forma autárquica parte desse pressuposto que você deve ter maior agilidade administrativa, é lógico, eu imagino que a secretaria de estado não vai trabalhar com uma estrutura que vai estar albergando nove mil funcionários de forma totalmente irresponsável, mas o objetivo no longo prazo é que isso consolide um processo de maior agilidade administrativa, e a grande agilidade que se espera é na administração de recursos humanos, eu acho que isso é uma questão que deve ficar mais clara e eu imagino que o motivo de uma certa desconfiança que o pessoal tem em relação a proposta que foi gerada até agora tem a ver com o fato de que, a exposição de motivos na verdade é omissa em várias questões e naquilo que interessa principalmente ao pessoal, que estaria sendo envolvido nesse processo de transformação, as respostas que estão colocadas são muito dúbias e elas permitem interpretações das mais diversas.

Eu queria estar encerrando, colocando mais como interrogações que a gente deveria estar aprofundando e aproveitando o momento da presença do MIKIO para a gente tentar esclarecer esses pontos de dúvidas e eu pessoalmente partiria dessa visão. Qual é a avaliação efetiva que o grupo de trabalho da secretária faz em relação as suas deficiências em termos de administração, e se a resposta de criação da agência é a única resposta possível e eu já parto dessa idéia de que eu diria que não, talvez esse modelo seja o modelo mais de acordo com o novo vocabulário que está se tentando implantar dentro da administração, mas este vocabulário quando aplicado para a área social muitas vezes ele acaba gerando mais problemas do que soluções.

SONIA - Vou passar a palavra para o Mikio, porque inclusive o Jorge fez um questionamento que podia estar tocando nesse assunto.

DR. MIKIO - Tudo bem.... Jorge, sua pergunta se a agência é uma única alternativa, eu posso dizer que não, é claro, eu como professor na área de administração e de organização seria uma hipocrisia eu falar que a agência é o

único caminho, há vários caminhos, a opção que se está tomando pela agência, é uma das opções que tinha e veja, quando se fala do diagnóstico, da avaliação que hoje tem da estrutura existente das deficiências encontradas, na verdade existe uma percepção, e essa percepção ela faz parte de um corpo de crenças que hoje esta embutida dentre dessa discussão da agência, dentro da secretaria de estado da saúde. Pode ser diferente? claro que pode ser diferente, eu acho aqui se a gente fizer um levantamento individual cada um tem uma percepção, tem um corpo de quens, para não dizer em termos de valores e que estabelece o que vocês entendem de melhor. O corpo que esta trabalhando hoje a discussão da agência, tem um corpo de crença, tem um corpo de valores e que entende que a agência seja um mecanismo que possa dar uma melhor eficiência e eficácia em termos da missão que tem esses órgãos a fazer.

Agora a questão outra que foi colocada, a criação de figuras autárquicas, primeiro que eu acho que é uma coisa interessante que a professora Dalari coloca e eu pactuo com ela e venho defendendo a algum tempo, a opção da administração de criar autarquia, é importante salientar que existe duas figuras autárquicas, uma que é a autarquia na sua forma, na sua essência, da tradição e outra chamada autarquia especial que é a figura das agências reguladoras. A opção da secretaria é para trabalhar mais sobre a lógica da autarquia tradicional idêntica ao modelo que hoje a SUCEM trabalha, ela na verdade é uma prerrogativa da administração direta em que ela quer focar uma determinada ação do estado e ela cria um organismo com grau de independência para executar esse tipo de trabalho, mas está sujeita a todas as regras constitucionais estabelecidas para a sua constituição é necessário de lei, portanto ela passa pelo fórum da assembléia legislativa para uma discussão, para sua regulamentação ela precisa de um decreto governamental, para sua criação de cargos e funções ela precisa de uma lei específica e para o preenchimento dessas vagas ela precisa de concurso publico, para se comprar as coisas é necessário que seja realizado licitação publica, então ela só tem uma conotação dum enfoque uma focalização em cima de um objeto mais específico que é nesta coisa a questão da promoção e controle das doenças no âmbito do estado de São Paulo.

Com relação a fugir do controle social, proposto pelo SUS, eu não entendo dessa forma como o Jorge Caiano enxerga porque a prerrogativa é de que essa agência faça parte do SUS e tenha os órgãos deliberativos instalados nesse aparelho para que possa ter a participação dos usuários, dos segmentos envolvidos na formulação das diretrizes e políticas dessa agencia. Se vocês observarem o organograma apresentado no documento vocês vão verificar a existência da presença dessas instâncias de participação dos segmentos envolvidos e dos usuários.

Tem conselho deliberativo, tem conselho consultivo, conselho técnico-administrativo na verdade tem mais instâncias do que outras estruturas prevêem. Com relação a exposição de motivos, omissos e dúbias e leva várias interpretações com certeza, a omissão eu posso lhe dizer que não é proposital, mesmo porque esse é um documento que foi gerado por várias mãos, envolvendo as diversas instâncias que estão envolvidas na agência, e com certeza o documento ele não preenche todos os quesitos, mesmo porque isso faz parte de um processo em que durante as coisas vão se ajustando, vão se explicitando, portanto realmente eu acho que o documento ele não pretende ser um documento pronto e acabado que diz: é isso que vai ser, e sim um documento que esta colocado posto, para um debate de uma discussão e que as coisas poderão ser preenchidas, esclarecidas e definidas para que fique claro ao final, um documento que possa ser encaminhado a assembléia legislativa.

HELICIO - Vamos passar para as perguntas, o primeiro inscrito e o companheiro César.

CÉSAR - Minha pergunta é rápida, para o MIKIO é sobre o conselho deliberativo em trecho do documento que foi divulgado afirma que o conselho deliberativo.....

## FIM DO LADO B FITA 2

DR. MIKIO - A explicitação está aí, tanto é que esta figurado no organograma a existência do conselho deliberativo. Veja, é claro que se, se ele não for uma obrigatoriedade legal, mas há uma decisão de mantê-lo, tanto é que ele faz parte do documento. Quer dizer, isto tem uma prerrogativa legal, agora a decisão é da existência.

HELICIO - Odair.

ODAIR - Bom dia a todos e a todas e a minha pergunta é para o Barreto, primeiro gostaria de lembrá-lo Barreto eu sou do Adolfo Lutz e na porta do Adolfo Lutz tem lá uma placa escrita que é um laboratório de saúde publica e portanto gostaria de estar te perguntando o seguinte:

Como você vê o plano de carreira que o Sindsaúde vem discutindo já a algum tempo com a secretaria e mesmo com Geraldo Alkimin o plano de carreiras para os funcionários públicos, se você defende claramente uma carreira de apoio a parte da secretaria. Porque eu entendo que todos os laboratórios inclusive o Adolfo Lutz, ele deve prestar serviço a comunidade como laboratório de saúde publica em consonância com o SUS, CVS e CVE, então não dá para desvincular, falar que o Adolfo Lutz ou um outro instituto ele é simplesmente instituto de pesquisa, Adolfo Lutz é

um laboratório de saúde pública, prestando serviço à saúde pública e não a pesquisa científica ou tecnológica que eu defendo que deva ser feita nas universidades. Obrigado.

LUIZ BARRETO - Eu agradeço muito essa colocação sua, porque você vai me dar oportunidade de esclarecer isso a vocês. O universo da saúde, é um universo amplo, vocês tem uma gama de funcionários que prestam serviços as mais diversas atividades inclusive na área de prestação, de atendimento a população. Nós defendemos que hajam carreiras específicas, apesar de eu não conhecer o projeto, eu já conversei aqui na reunião, na ultima que eu tive aqui com o Ângelo, com vocês, eu tive a oportunidade de vir ainda esta semana aqui, gostaria de ter acesso inclusive para defender a carreira de vocês lá na assembléia legislativa, mas o importante é vocês saberem que a gama é ampla e contempla a todos, veja bem, eu fiz questão de salientar o fato de que os institutos de saúde principalmente esses que são abrangidos pela lei complementar 125/75, isto é, que tem pesquisadores científicos realizando pesquisas efetivamente, existem funcionários que dão sustentação, atividade de apoio a essas pesquisas que estão sendo realizadas, existem funcionários também nesses institutos, o Emílio Ribas não faz parte, por exemplo, desse sistema abrangido pela lei complementar 125, o Emílio Ribas não tem pesquisadores científicos abrangidos por essa lei 125, a SUCEM tem. (Pequeno diálogo inaudível) Então, veja bem mesmo nos institutos que tem pesquisadores abrangidos pela lei complementar 125, portanto exige atividade complementar de apoio a essas atividades de pesquisas, existem também funcionários que não fazem não dão sustentação a essas atividades de pesquisa, estão em outras áreas, área de enfermagens, médicas, existe uma gama enorme de funcionários que não estão atuando nas atividades de pesquisa, enfermeiros então o que nos defendemos é uma carreira específica para esses funcionários que estão diretamente relacionados com essas atividades de pesquisa e queremos que haja também uma carreira forte, eficiente, que abranja os demais funcionários que na realidade é a grande maioria de vocês, por isso nos queremos apoiar também a criação dessa carreira defendida pelo Sindsaúde.

que eu gostaria de dizer, os funcionários da lei 661/662, quem aqui é funcionário abrangido pela lei 661/662? Ela foi criada efetivamente para dar sustentação a essas atividades de pesquisa, isso está na lei, então é evidente que precisa ter um ambiente de sincronicidade, uma carreira que entra em sincronicidade com a dos pesquisadores científicos e eu não quero de forma nenhuma aqui tirar, o mérito dessa carreira que tem que ser defendida aos demais funcionários, o que nos achamos é que não pode haver sobreposição, porque se houver sobreposição vai enfraquecer tanto o argumento das demais carreiras como a nossa, porque vão usar isso politicamente lá na assembléia legislativa, como usaram, na realidade alguns deputados do governo chegaram a argumentar isso: Ah, mas vocês estão fazendo atividades em duplicidade, vocês estão defendendo carreiras sobrepostas. O que nos queremos enfatizar sempre é que não deve haver essa sobreposição, o universo é muito grande, nós defendemos carreiras para todos os funcionários dos institutos de pesquisa, mais evidentemente aqueles que são da lei 661/662 que são funcionários específicos que foram criados para dar sustentação às atividades dos pesquisadores científicos, abrangidos pela lei 125, é ai que nós atuamos, nós não queremos tirar o espaço de ninguém, muito pelo contrário, nós temos um precedente fortíssimo, que é o da criação da carreira do pessoal da USP, que é uma carreira semelhante que o Goldemberg, a Dra. Alba, Dr. Bernardo Goldmam que foi o redator desse projeto de lei que é o pessoal da 661/662, 714 e outros, já existe, então nós estamos uma porta enorme para que todas as demais carreiras entrem também, evidentemente com carreiras específicas, penso que, a importância do Sindsaúde é fundamental para vocês terem também a possibilidade de uma carreira específica, para essa outra realidade que está dentro.

Eu gostaria de deixar bem claro, leiam o projeto de lei 661/662, leiam o projeto de lei complementar da 125 e vejam que nós não estamos invadindo espaço e nem querendo desmerecer os demais funcionários que não serão contemplados por essa lei, o que nós achamos e defendemos, estaremos na frente do palácio se for possível é a implantação de uma série de carreiras que devem existir tanto na saúde como também na agricultura e no meio ambiente, então eu acho que isso que é importante ressaltar. Eu queria aproveitar a deixa para citar por exemplo no caso da USP, que existi e uma carreira, lá existi e uma autarquia, a USP é uma autarquia especial, seus financiamentos para pesquisas são oriundos da arrecadação do ICMS é o que diferencia efetivamente do nosso sistema. O que nós defendemos é que haja efetiva criação de fundos especiais de pesquisa para financiar as atividades dos institutos de pesquisa que possa realmente dar, através da administração direta, e aí eu volto a enfatizar que eu não considero autarquia, administração direta, eu acho que a autarquia não está na administração direta, permita-me o direito de discordar dessa professora, mas também tanto é que nesse projeto da saúde é citado, a SUCEM como da administração indireta é colocado aqui de forma clara no projeto de lei, a SUCEM como fazendo parte da administração indireta, essas questões de semântica precisam ser vistas com muito cuidado, com muita cautela e eu gostaria também de enfatizar para finalizar minha fala a essa resposta, que a depauperização desse sistema, eu gostei muito da sua fala quando fez menção que o sistema funcionava anteriormente até a década de 30, 40, e 50, a partir da década de 70 as nossas instituições começaram a passar por dificuldades grandes de caráter administrativa, mais o mais agravante é o

que veio a partir da década de 80 e finalmente na década de 90 com a entrada do Collor de Melo quando ele veio com toda aquela orquestração dos marajás, de perseguição de marajás, tudo estava devidamente arquitetado para desmerecer as instituições, públicas e os serviços públicos, tudo foi feito no sentido de desmoralizar o serviço público de estado de São Paulo e do Brasil como um todo, na América Latina como um todo em função de uma política de uma nova ordem mundial. Espero ter respondido sua pergunta.

SONIA - Nós vamos fazer o seguinte, o Hélio está com os dezesseis inscritos, então na próxima fala nos vamos encerrar as inscrições, gostaríamos de pedir ao pessoal, vamos fazer uma bateria de cinco questões, depois a gente passa para a mesa, e pedir para que o pessoal faça a questão de forma bem sucinta para permitir que todo mundo possa fazer seu questionamento.

HELICIO - Próximo inscrito é o Benão.

BENÃO - Eu tenho algumas preocupações, até o Jorge Caiano, eu pouco contemplado aqui na angústia de perguntar, lá no conselho estadual chegou um documento falando do projeto VEDER, no período de 2003 a 2006, sobre humanização da saúde, Barradas apresentou o documento e muito pouco se falou sobre a agência, falou que vai criar uma agência de saúde coletiva, lá como é um órgão de instância de controle social a gente até esperou adentrar o debate para perguntar, fazer uma série de intervenções, mas isso não houve. Então até o Hélio me perguntou, vai no conselho, pergunta para o Barradas como está sendo isso, hoje nós estamos com uma oportunidade grande de ter esse debate com os trabalhadores sobre essa questão da agência, e aí tem alguns pontos que eu gostaria de estar ressaltando, isso se ventilou nos órgãos que vão fazer parte da agência, uma das coisas que era ia falar do perfil e da movimentação dos trabalhadores dentro da agência, até porque sempre quando se cria uma nova forma de gestão do estado, o único a ser tocado é o trabalhador, a gente não tem como intervir no processo da criação dessas instâncias, desses novos modelos de gestão, eu até concordo com o Jorge Caiano quando a gente vêm criando agências, colégios, vai distorcendo a concepção que a gente defende de SUS, vai sempre fragmentando a questão do SUS principalmente do ponto de vista social, queria saber se esse documento, aí do MIKIO vai estar explícito o papel dos trabalhadores dentro da agência e também como se dará a discussão mais incisiva da questão do controle social. São dois pontos que eu gostaria de estar perguntando aí.

HELICIO - Próximo é o companheiro Jorge da direção do Sindsaúde de Campinas.

JORGE - Boa tarde a todos, assim eu gostaria de fazer uma pergunta para o MIKIO, no documento ele fala dos trabalhadores que não servirem a agência vão ser colocados à disposição da secretaria de saúde, eu queria saber nesse documento através do MIKIO, se eles vão continuar trabalhando nos seus locais de trabalho, como vai ser essa disposição, porque não se sabe que tem possibilidade de estar trabalhando e tem outras cidades que não tem essa possibilidade de trabalhar, como vai ficar a situação desses trabalhadores?

HELICIO - Próximo é o companheiro Fila que é do Sindsaúde lá da DPE, bom não se encontra no momento.

HELICIO - Próxima é a companheira Cida de Santos da direção do Sindsaúde.

CIDA - Então dentro dessa questão que foi colocada pelo representante da Superintendência da questão das Autarquias nós chegamos ontem e não pudemos participar do conselho de delegados sindicais de base, hoje nos estamos chegando atrasados e aí é só uma denúncia, uma colocação, a SUCEM do jeito que ela está hoje, de forma em que foi colocada. A SUCEM de São Vicente ela criou um setor de campo dentro de um depósito de inseticida, colocou os trabalhadores dentro de um depósito de inseticida que é da FUNASA colocou os trabalhadores lá dentro do setor, desde então, como é papel do sindicato conversar com representante do estado e tentar levar propostas para mudar isso, nós vínhamos conversando com a diretoria de lá, a Sr.: Fátima, colocando as dificuldades com que os trabalhadores vem passando, problema de saúde, problema de pele, a questão dos "Epis" isso já quase um ano ou mais não foi possível o diálogo, colocamos propostas para tirar o pessoal de lá, nesse último momento foi preciso a intervenção do ministério do trabalho para que os trabalhadores fossem retirados da lá, mesmo assim a ordem foi descumprida, os trabalhadores permaneceram no local, nesses dois dias nós estamos tentando dialogar com a diretoria da regional para que fosse respeitado aquilo que tem que ser colocado, ontem quinta – feira, a diretoria da regional, simplesmente colocou os trabalhadores para fora da unidade, fora do setor, dizendo que o pessoal tinha que ficar, já que o setor está interditado não pode entrar, então vocês vão ficar lá fora, assinar o ponto lá fora, ir para o campo e voltar, e ficar lá fora, fora do setor como se todo mundo não tivesse local, por que na sede regional da SUCEM não pode ficar, não quero vocês lá.

Hoje de manhã foi preciso a gente estar conversando de novo com ela para que o pessoal pudesse ter um local para assinar o ponto, um local para se trocar, um local para se respeitar seus direitos, são funcionários que tem seu local de trabalho. Dentro do projeto que foi colocado sobre autarquia, se hoje a SUCEM dentro da autarquia já trata os funcionários dessa forma, dentro dessa proposta que foi colocada aqui, como é que fica então, quem é de fato o papel do estado, de controlar ou regular, nós precisamos conversar aproveitando que o Sr. Mikio está aqui, é importante

que a gente converse, porque a SUCEM de São Vicente esta muito preocupante, o relacionamento do diretor do estado, lá que não vê com mesmos olhos o papel de dialogo, não senta para conversar, não se propõe a dialogar, e nós temos colocado que o nosso papel é esse de dialogar e conversar.

HELICIO - Próximo é o companheiro Ângelo.

ÂNGELO - Eu queria primeiro, acho importante ressaltar e parabenizar esse tipo de atividade que o Sindsaúde esta fazendo hoje de abrir um debate sobre o tema, com as mais diversas posições para poder entender e contribuir no processo. Entendendo que na verdade todas as posições devem ser colocadas para poder inclusive junto pensar um projeto coletivo que esteja dentro dos princípios do SUS que a gente defende. Queria inclusive aqui também ressaltar os companheiros do Sindsaúde que fizeram parte de uma comissão que foi tirada na diretoria, o Hécio, a Regina, a Glacia que elaboraram boletins e vem investindo, e ajudaram a organizar o evento. E queria citar três questões, que eu acho importante para o debate.

Uma primeira é sobre a agencia frente ao processo de municipalização, se cabe criar uma agência imediatamente, quando ao nós estamos discutindo a municipalização plena da capital, a regionalização, então como que entra essa discussão dentro do processo de municipalização?

A segunda questão é sobre pessoal , a questão de pessoal na agência, frente ao fato de não se ter ainda claramente uma política de recursos humanos na saúde como um todo, quando a gente pega os documentos apresentados, quando a gente pega o fato que dos recursos da saúde já foram tirados dinheiro de pessoal para passar para a organização social, então há necessidade que antes de discutir recursos humanos numa agência, discutir recursos humanos na saúde e aí ele vai estar se inserindo na agência, senão a gente vai criar um monte de situações diferenciadas que a gente já tem hoje, regime diferente, direitos diferentes e aí pode vir mais um dentro disso. Inclusive no semestre que vem, em agosto, vai ser apresentado na assembléia legislativa o plano e plurianual a importância de gente discutir antecipadamente ele, para poder ter nele propostas que estejam no sentido das questões que a gente quer levar neste período na área da saúde. Fugiu a terceira questão eu vou deixar.

HELICIO - Próximo é o companheiro Fila e depois para a mesa.

(Partes da pergunta são inaudíveis)

SONIA - Conforme o combinado foram formuladas cinco questões, agora vamos passar para a mesa.

DR. MIKIO - Bom alguém falou do perfil dos trabalhadores que no documento tem uma passagem aqui quando fala de recursos humanos, penúltimo parágrafo, que diz, “embora se pretenda a aproveitamento da maioria dos funcionários do órgão em questão, tal medida não implica na utilização de todos os atuais servidores para aqueles que não puderem ser aproveitados por não terem perfil desejado, sugere – se a criação de um quadro especial que será disponibilizado para órgãos públicos dentro ou fora da Secretária da saúde.”

Como eu disse inicialmente, ele não escamoteia nada, ele explicita o que está, sendo pensado, o que está sendo pensado não necessariamente, vira regra, vira lei, senão não seria colocado a disposição das pessoas para ler e discutir, encaminhar, – se ia direto a assembléia e tentava aprovar por lei, então vejam, essa é uma questão que está apresentada e cabe nesse momento a se discutir essa questão, é claro que, na hora que se está pensando na organização dos diversos serviços é necessário sim pensar quais são os perfis profissionais desejados, a tentativa da adequação do existente ao perfil desejado, isso decorre num longo processo. Bom o que se faz com quem está? Manda embora? não é essa proposta, é da reabsorção desses profissionais dentro da estrutura do estado, preferencialmente dentro da estrutura da Secretária da saúde.

(Comentário inaudível)

DR. MIKIO - Veja, ser absorvido dentro da estrutura do estado, preferencialmente dentro da secretária da saúde.

(Novamente comentário inaudível)

DR. MIKIO - Não entenderam? ser absorvido dentro da estrutura do estado, preferencialmente dentro da secretária da saúde, veja haverá um esforço, veja o pessoal da SUCEM, tenho desinsetizadores, cabe desinsetizador em outro órgão do estado, a não ser na SUCEM? Não, então será aproveitado na SUCEM.

(Pergunta inaudível)

DR. MIKIO - A denúncia que a Cida está fazendo é a questão do deposito da SUCEM que foi interdito, realmente o ministério do trabalho esteve com uma comissão verificando as instalações e verificou que, de acordo com o entendimento do Ministério do Trabalho não se poderia ter a convivência de funcionários que não tenha a ver com a atividade do depósito dentro dessa área, são aproximadamente quarenta funcionários, que atuam, que estão localizados, que estão sediados nesse prédio.

Qual foi a alternativa da SUCEM tendo em vista a necessidade de cumprimento de uma determinação do Ministério do Trabalho, que a SUCEM está tomando todas as medidas administrativas e judiciais para contrapor o

posicionamento, mas antes de contrapor nós ao invés de remover as pessoas, nós cumprimos a determinação, nos removemos o material que era considerado prejudicial aos trabalhadores, então, foi feito na semana passada...

### FIM DO LADO A DA FITA 03

... os venenos, os inseticidas, que estavam nesse prédio.

E foi solicitado uma higienização do prédio para que pudessem os servidores continuar trabalhando lá, outras questões também apontadas pelo Ministério do Trabalho, todas elas estão sendo tomadas providências daquilo que for pertinente, então foi solicitado que os trabalhadores que precisam trocar de roupa, está sendo providenciado lá, a instituição não tem nenhuma prerrogativa de ser acima da lei, ela tem que obedecer a lei, é claro que, nós argumentaremos juridicamente algumas questões que estão colocados lá.

Ângelo fez a pergunta a respeito da oportunidade entre Agência e a municipalização, entre umas das prerrogativas que está colocada, o processo da municipalização ela, não extingue o papel do estado de fazer determinadas ações, então uma coisa não tem nada a ver com a outra na verdade as atribuições que cabe ao estado fazer como, o processo da descentralização das ações da saúde, o estado se propõe a organizar, esse trabalho a partir da constituição de uma agência

Pessoal frente a não se ter uma política de RH na secretária, veja eu acho que esta é a batalha do Sindsaúde e nessas últimos oito anos de governo, tenho participado diretamente ou com Ângelo ou com a Sônia na luta, é claro de uma lado da mesa e o pessoal do outro lado da mesa, mas temos participado juntos numa discussão da viabilização de uma carreira da secretária da saúde, veja não há nenhuma oposição, mesmo o próprio Dr. Guedes que ficou durante os oito anos de governo, ele, eu posso ser testemunha disso, da intenção de várias vezes, e de várias vezes ele estar discutindo com o governo da necessidade de se criar uma carreira específica para o setor da saúde, houve conquistas pontuais, acho que o Sindsaúde tem todo o mérito, por que houve conquistas pontuais dentro da questão dos trabalhadores da saúde, mas que ela deveria ter um grau de extensividade a todos os outros trabalhadores, por exemplo, a questão da jornada de 30 horas ela está restrita somente ao pessoal da área. Diretamente a saúde não extensiva à área administrativa, isso é uma questão que tem que ser discutida e avançada no processo.

Sr. Fila fez a pergunta sobre a questão do dialogo com os funcionários, veja Sr. Fila o Dr. Luiz Jacinto já fez reunião em Campinas, Marília, esta semana esteve em São José do Rio Preto para estar indo discutir como o conjunto de trabalhadores para discutir a questão da agência, eu posso falar por mim, a medida que tem sido demandada alguma discussão com relação ao funcionário, que está direcionado a chefia de gabinete eu tenho recebido e tenho conversado com as pessoas, então talvez falta-lhe oportunidade mas, o acesso está garantido e mesmo porque existe algumas instâncias estão criadas aí, uma das instâncias é o próprio Sindsaúde que é um canal de comunicação de vocês com a instituição, o Sindsaúde tem pedido uma audiência com o superintendente, mas o superintendente tem feito esse trabalho indo para o interior não tem coincidido uma agenda, mas com certeza faz parte de estar sendo marcado uma conversa com o Sindsaúde para esses próximos dias dentro da agenda que foi solicitado.

Eu não vejo a agência enquanto um elemento limitador ou criador de restrições para o acesso de conversas, na verdade existe um estilo de gerenciamento, existe um gestor que tem uma maior proximidade com os trabalhadores e existe gestores que tem um maior distanciamento do trabalhador, isso são estilos de gerenciar, meu estilo é, ontem fiquei sabendo dessa reunião e prontamente me dispus a estar aqui.

Situação do funcionário com a contratação PPI, veja a contratação de funcionários da PPI foi uma autorização especial do governador mediante a uma prerrogativa de que nós tínhamos um repasse de recursos financeiros da FUNASA, do Ministério da Saúde, então nós temos duas categorias de pessoas contratadas pela PPI, uma em que o governador estabeleceu prazo determinado, período de dois anos, vencido esse período de dois anos que completa este ano, essas pessoas automaticamente se desligarão da SUCEM receberão os seus direitos que estão estabelecidos na relação contratual e ponto final. Aqueles outros que não ha estabelecimento de prazos determinado, inclusive o Sindsaúde fez alguns questionamentos, porque então eles não estão recebendo tíquete e coisa e tal. Veja, a SUCEM é um órgão vinculado a secretaria da saúde e vinculado ao governo, então nós formulamos uma solicitação junto a assessoria jurídica do governador perguntando porque não poderíamos incluir o tíquete alimentação para os funcionários da PPI e veio uma resposta autorizando fazer esse tipo de inclusão, então acredito que esta é uma questão solucionado inclusive eu pedi para a procuradoria jurídica da instituição formular uma resposta formal ao Sindsaúde com esse parecer.

Com relação ao EPI eu devo reconhecer que ha algumas falhas na SUCEM com relação ao EPI, principalmente aos EPIs que acabam sendo danificados na operação e que não são adequadamente e nem imediatamente feita a

manutenção, isto é uma das coisas que estou providenciando para que tenha peças de reposição e que não deixe faltar as mascarar que são específicas para o pessoal de campo que precisam aplicar o inseticida e também a regularização da questão do fornecimento de uniformes, essa também é uma outra deficiência que quando cheguei na SUCEM foi verificada, foi providenciado uma licitação grande, acho que com isso nós estabeleceremos uma regularidade na questão de fornecimento de uniformes e a manutenção dos EPIs, a quantidade de EPIs existentes até que eu saiba elas são suficientes, o que não havia era material de reposição para a manutenção das mascarar, então isto também esta sendo providenciado e vai ser resolvido a curtíssimo prazo.

HELICIO - Próxima é a companheira Eva e depois Neusa do centro de referência, Eva é da direção do Sindicato e também da SUCEM.

EVA - Primeiro gostaria de cumprimentar os palestrantes que realmente em muitas falas coincidiu com nosso modo de pensar realmente, o Sr. Jorge Caiano colocou em uma das frases dele a nossa angustia enquanto trabalhadores da SUCEM e acredito que de outras unidades, de outras entidades que também estão aí no projeto da agencia, quando os trabalhadores tem duvidas e tem varias duvidas, uma serie de questionamentos que colocam para nós cada vez que a gente vai nas unidades conversar, não existem umas respostas que convencem, é sempre machismo e hoje até em algumas falas a gente ouviu isso, pode ser que será assim, pode ser que seja assim, eu acho que vai ser assim e depois dá para conversar, isso acaba deixando uma desconfiança e uma inquietação muito grande nos trabalhadores e juntando essa insegurança com também uma serie de problemas que outros companheiros já colocaram da dificuldade de comunicação com a direção, eu acho que o Mikio colocou bem a gente tem varias reuniões com a superintendência, mas quando chega nas regiões o relacionamento é diferenciado mesmo, entre os trabalhadores e as direções das regionais, então essa dificuldade de resposta objetiva e também essa dificuldade de estar tendo acesso a essa conversa é que deixa os trabalhadores com essa ansiedade e fica mesmo, eu acho que até algumas pessoas já colocaram e talvez até pudesse ter tirado minha inscrição mas essa duvida, vai ter um perfil para as pessoas estarem na agencia, como é esse perfil? e eu que não estou no perfil? eu estou no perfil? é qualificação? é formação? então o que é isso? então acaba o numero maior de trabalhadores dentro da SUCEM são funcionários de campo que tem a desconfiança e a preocupação que a maioria aqui colocou, são os desinsetizadores, eles tem perfil para ir para a agencia ou não tem, se eles não vão, eles vão para outra secretaria, ou não, ou fica na SUCEM, vai ficar fazendo o mesmo tipo de trabalho dentro da SUCEM, essa é uma pergunta que é assim muito direta, nos vamos continuar na SUCEM, vai mudar nosso trabalho, o que vai acontecer com a maioria dos trabalhadores dentro da SUCEM e dentro desse perfil, também vai ser uma questão de nível escolar, tem gente aí falando, eu vou começar a fazer supletivo porque talvez eu não vou conseguir, eu não vou ter o perfil para ir.

Exato é positivo, mas é positivo de uma forma ruim, porque ele esta indo procurar escolaridade sob pressão com medo de estar desempregado e aí nesse documento que você falou para basear por ele, quando discute recursos humanos tem um pedaço que diz lá, que a pessoa vai para a agencia como a questão da municipalização e a gente sabe hoje que a municipalização é um problema muito grande dentro dos municípios todos, porque na ocasião da municipalização o que foi passado aos trabalhadores, vocês vão ser municipalizados e não terão nenhuma perda salarial e hoje o que a gente vê a realidade é outra eles tem algumas gratificações criadas dentro da própria secretaria, que a política de governo de dar gratificações, e não atinge esses trabalhadores municipalizados e aí eles ficam assim, vocês não tem a gratificação porque vocês estão municipalizados, o que diz o estado e o município diz a gente não paga nada, nenhuma gratificação porque vocês são funcionários do estado. E aí o que eles falam a gente esta sem pai nem mãe, então a preocupação é assim, a questão da agencia, o que esta escrito no documento os trabalhadores vão ficar nessa situação é uma preocupação, eu acho que é assim quando tem essas reuniões dentro das unidades, que os trabalhadores colocam as duvidas que tem, as respostas estão muito no acho, talvez, quem sabe, pode ser e aí a preocupação é continuada é mantida é isso.

HELICIO - Companheira Neusa, do centro de referência.

NEUSA - Bom dia a todos, não tenho muito que perguntar, que a colega já fez a mesma pergunta, obrigada.

HELICIO - Próximo é o companheiro Nivaldo da SUCEM de São José de Rio Preto.

NIVALDO - A minha pergunta que eu ia fazer a mesa, talvez seria direcionada a pessoa que saiu o Paulo Seixas, mas quem sabe alguém aí pode me ajudar, alguém falou sobre cavalo branco e eu acho que isso aí é um cavalo de Tróia, um elefante branco, mas um cavalo de Tróia, um presente de grego essa agencia para nós, primeiro de tudo eu acho que deveria fazer funcionar o que já existe. que é o SUS foi investido no SUS e esta abandonado, primeiro eu acho que o caminho seria esse, agora voltando a esse perfil que minha colega colocou, deveria investir um pouco nos funcionários, eu não vejo o estado valorizar nenhum funcionário sequer, principalmente a SUCEM, treinamento, os direitos dos funcionários não são respeitados, bom plano de carreira já foi colocado aí, então o Mikio falou que o Dr. Jacinto visitou São José do Rio Preto no qual eu pertencço, eu não sei qual foi o dia, se foi essa semana eu não o

encontrei porque quando faz essas visitas as regionais Dr. Mikio somente a diretoria, alguém ligado a equipe técnica que participa dessas reuniões, funcionários de baixo escalão não participam nem é comunicado que a gente vai ter uma visita, pelo menos tirar um grupo de funcionários que vai lá participar. Quanto a falta de uniforme Sr. Mikio eu faço farte da Consat, desde outubro eu venho cobrando uniforme , a epidemia está se acabando o uniforme não chegou , quanto a jornada de trabalho que foi colocado aqui na mesa, eu faço quarenta horas semanais, só que o meu pessoal que trabalha de trinta, a gente tem que fazer um acordo com a chefia para dar tudo certo no trabalho devido o meu horário de almoço que eu não realizo então precisa ver certo isso, porque nós trabalhamos, uma equipe de trinta horas com um pessoal de quarenta horas, e está virando uma bagunça, então temos um chefe que a gente negocia lá, amanhã esse chefe pode sair e o outro que assumir não vai querer fazer acordo. Quanto a minha presença aqui, eu até procurei a Sonia, antigamente a um tempo atrás o Sindsaúde a direção regional fazia uma solicitação ao diretor sindical lá da área, hoje tem que mandar via superintendência , a gente fica até indignado , a gente está aqui participando tem que vir um ofício para a superintendência a liberação da nossa presença aqui, então eu gostaria que alguém da mesa se puder então tirar essas dúvidas minhas para que eu possa levar não um cavalo de Tróia mas, boas coisas para meus amigos.

HELCIO - Próximo inscrito sou eu Helcio, eu queria fazer na verdade algumas perguntas, primeiro assim o Dr. Jorge Caiano e o Ricardo colocaram sobre a importância do controle social que é feito na SUS que na verdade garante a participação não só da população mas também dos trabalhadores no controle, na criação e na fiscalização da ações de saúde que são implementadas no país como um todo através do SUS, com o processo da agência, inclusive Dr. Mikio já salientou aqui que no projeto de agência está colocado que poderá ser criado um conselho técnico administrativo e tal, conselho técnico administrativo na visão que eu tenho não é conselho gestor na verdade que reproduz a idéia do conselho municipal de saúde, do conselho estadual dos conselhos municipais, eu queria perguntar pela experiência e pela visão que tanto o Dr. Jorge quanto o Ricardo tem , se a criação dessa agência sem a garantia do controle efetivo e da participação efetiva dos fatores sociais, se isso não pode significar o processo de privatização de algumas áreas da saúde na implementação da saúde como um todo , constatado isso, não seria um ataque a idéia inicial de construção do SUS democrático com equidade, no país como um todo.

Outra coisa, eu queria perguntar, os projetos de agência, para o Dr. Jorge e Dr. Ricardo, nos projetos de criação de agência que se tem hoje em dia, e deve-se salientar o atual presidente da república está passando um bocado na mão das agências nacionais que estão colocadas ai, e colocado um nível de poder e desvinculação com o estado, para que essas agências possam funcionar que acaba fazendo com que esse órgão acabe competindo com o poder público na implementação do serviço na fiscalização, no controle da maneira como está sendo proposta a criação da agência aqui no estado de São Paulo, dessa agência de controle de doenças e na verdade pelo o que eu li do documento, a superintendência da agência só estaria subordinada ao governador do estado de São Paulo, se também não se está esvaziando o poder da Secretaria Estadual de Saúde e colocando na mão da agência o poder de fazer o controle traçar política, implementar políticas de saúde no estado inteiro.

Para o Dr. Mikio eu gostaria de fazer as seguintes perguntas: A companheira Eva até já deu uma pincelada é importante a gente saber quais os critérios que definem o perfil de cada trabalhador, se é perfil de lado, perfil de frente, quais são os critérios como a companheira colocou e eu vou até mais fundo ainda, nós trabalhadores vamos ser chamados a participar da elaboração do perfil dos companheiros nossos de dentro da unidade? ou se só a direção que vai saber os critérios que vai implementar a avaliação do perfil de cada trabalhador. O perfil a gente quer crer que ainda não está pronto e que ainda não foi definido os critérios , queira Deus que ainda não esteja pronto mesmo, porque nós trabalhadores temos o interesse de participar tanto da elaboração dos critérios quanto da efetiva avaliação de cada um dos trabalhadores ai dentro de cada uma das unidades, porque nós do Sindsaúde temos organização em quase todas as unidades que vão fazer parte da agência. A outra coisa é em relação ao prêmio de incentivo que a companheira Eva colocou aqui algumas gratificações em que pese que no documento possa estar escrito errado, mas o documento é que baliza a discussão no estado inteiro, e no documento está, cedido a agência nos moldes do convênio da municipalização, nos moldes do convênio da municipalização a primeira coisa que acontece é corte do prêmio de incentivo, e o prêmio de incentivo hoje significa 40% dos salários das pessoas, que já é uma punição não levar para a aposentadoria e seria uma punição muito maior ainda não levar se entrasse para agência .

Outra pergunta em relação as transferências que o Dr. Seixas colocou aqui no período da manhã , que não existe uma intenção perversa e nós não acreditamos, que não exista mesmo, e nós sabemos que a intenção da secretaria é tentar melhorar o atendimento da população e compactuarmos com essa idéia, é necessário mesmo melhorar o atendimento à população também não concordamos e aí até fazendo coro com o Dr. Jorge Caiano que o sistema de saúde como está hoje presta um bom serviço, nós não concordamos com isso, mas por exemplo pegando o exemplo da SUCEN , os companheiros desins que não tiverem perfil para serem trabalhadores da agência, poderão ser transferidos para outras secretarias ou outros órgãos , segundo o documento que saiu, só que a função de desins, se existe na

SUCEM , só na SUCEM. E a secretaria há muitos anos corretamente não aceita desvios mais desvios de função, não aceitando desvio de função , não tendo local para o desin, a única alternativa que para nós sobra é a demissão dos companheiros, por isso essa expectativa ruim dos companheiros. Só para esclarecer a comissão do Sindsaúde elaborou algumas propostas para serem feitas aqui, nós achamos que esse debate não se esgota aqui e não se esgota também com o envio do projeto de lei, para a Assembléia Legislativa, nós achamos que nós trabalhadores temos que continuar debatendo as questões que forem aparecendo, para que possamos ter uma intervenção um pouco mais qualificada no processo de criação da agência, portanto nós estamos propondo a direção do Sindsaúde vai encaminhar , mas nós queremos propor aqui para os companheiros que estão participando, inclusive fazer o convite para os palestrantes aqui da mesa de que a gente faça uma audiência pública na Assembléia Legislativa e convide o Dr. Barradas, o Dr. Mikio, o Dr. Luiz Jacinto, onde possa aprofundar junto da assembléia legislativa um pouco mais esse debate , junto com a comissão de saúde e também quero propor em nome da comissão , que a comissão que foi formada aqui pelo Sindsaúde , somos Helcio, Ângelo , Glácia e a companheira Regina, mas da gente ampliar um pouco mais , os companheiros da categoria que quiserem participar da comissão para elaborar e para a gente poder melhorar a nossa intervenção no estado como um todo, já que o Dr. Luís Jacinto , eu acredito que está mesmo indo nas regiões fazer o debate com os companheiros, para que lá nas regiões nos também possamos participar das discussões para que a gente amplie a nossa qualificação, para podermos participar de forma mais qualificada.

HELICIO - Próximo inscrito é a companheira Rochinha.

ROCHINHA - Bom dia a todos, eu vou fazer duas perguntas, a primeira é o seguinte, sobre a Agência, e aí eu gostaria de colocar o seguinte, no IAMSPE, há anos a gente vem discutindo autarquia especial, o IAMSPE já sabem que é uma autarquia, mas se discute o caráter de autarquia especial, já fizeram muitos seminários, o Sindsaúde vem acompanhando a muitos anos essa história da autarquia especial e a autarquia especial já foi feito não sei quantos projetos, parece que já está na 14ª versão do projeto, a administração do hospital gastou até muito dinheiro porque nós fizemos o projeto que eles não aceitaram, levaram para a FUNDAPE pagaram um monte de dinheiro e acabaram engavetando esse projeto de autarquia especial, que a autarquia especial que a gente discutia e achamos que é viável, com um conselho deliberativo, tripartite com participação dos trabalhadores e isso para o governo não passou, não passa, e aí eu perguntaria também, essa Agência ela vai ter esse também, esse conselho, eu acho que a Agência, não podemos ser contra a agência, desde que seja com um conselho com a participação de trabalhadores não só do patrão, porque acho que ajudamos também administrar as coisas que vem acontecendo. Essa é a minha pergunta sobre a agência, como é que é o caráter dessa agência, se realmente vai ter um conselho deliberativo, tripartite, com a participação de trabalhadores.

A outra pergunta é o seguinte, nós temos dentro do Hospital do Servidor, vários tipos de contratações, porque o governo Mário Covas, quando ele colocou o tal do PDV muitos que não estavam bom da cabeça entrou nesse PDV e saíram o hospital ficou desfalcado de funcionários. Aí se criou a tal de contratação 3131 onde os trabalhadores não tem direito a nada , só trabalhar, trabalhar mesmo, porque sequer eles tem direito a cinco minutos para tomar um cafezinho, porque são explorados , o contrato deles não dá direito a nada, não tem férias, não tem licença. não tem direito a nada. Nós encaminhamos, nós Sindsaúde e associações da casa, encaminhamos.....

FIM LADO B FITA 3

DR. MIKIO - ... de discussão, em coloca as pessoas envolvidas, as instituições envolvidas para sentar e discutir, e elas formularem a proposta, então não vejo como um Cavalo de Tróia em que nós queremos tomar algo por força não quer, está fazendo um processo de discussão e a própria presença minha aqui é a disposição de estar discutindo. OK? Veja, eu reconheci publicamente que a SUCEM especificamente tem algum debito com relação ao seu trabalhador, e estamos saneando para que não aconteça mais isso. A epidemia esta acabando, realmente a epidemia está acabando, oxalá que a epidemia não mais aconteça e que a justificativa da necessidade do funcionário não seja dada porque existe epidemia, mas porque existe a necessidade do estado de estar presente no efetivo controle da doença e que tenha sempre os recursos necessários para que não haja descontinuidade da sua ação.

Também há uma particularidade que no avanço de algumas coisas ela traz consigo algumas complicações, na conquista da jornada de trinta horas para um determinado grupo de profissionais não extensivo a todos os outros profissionais ela gera uma contradição quando esses dois profissionais atuam no mesmo campo. Com é que se soluciona isso, acho que o Sindsaúde tem um movimento hoje maior, na luta da extensão dessa redução da jornada para todos os funcionários, mas enquanto isso o que se faz, a organização ela corre riscos, ela faz acordos informais entre as pessoas para se ajustar, o que acontece na sua regional não particularidade da sua regional e de todas as regionais

dentro da SUCEM a fim de atingir um objetivo, se faz alguns acordos com os trabalhadores para que haja uma compatibilização entre uma determinação legal, a lei, que reduziu a jornada de trabalho para uns e que não reduziu para outros, isto se faz parte de uma luta maior que não se refere só aos funcionários da SUCEM mas de todos os conjuntos de funcionários da secretaria de estado da saúde na luta de uma equivalência da jornada de trabalho.

A outra coisa que você colocou e no investir nos funcionários, direitos dos funcionários eu tenho observado que há uma intencionalidade, uma vontade, um manifesto de estar sempre buscando melhorar e aperfeiçoar essa relação de trabalhador e instituição, a própria criação da CONSAT uma instancia de participação e discussão dos trabalhadores em processo é um mecanismo de garantir os direitos dos trabalhadores e também a instituição discutir a obrigação do trabalhador porque esse é um duplo caminho não é só direito sem obrigações, mas obrigações também com direitos.

Pela minha atitude, é uma atitude muito clara, no momento que eu estou sentado na função de comando da instituição eu vou cobrar-lhe as suas obrigações, como você tem direito de cobrar seus direitos e nós vamos tratar isso de uma forma muito clara, limpa e direta sem escamotear as coisas sem usar subterfúgios e eu lhe respondo dá ou não dá, se dá você vai receber através do seu sindicato a informação, nós estamos tomando tais providências assim.....assim... não dá porque temos questões legais, orçamentarias....e também você estará recebendo diretamente do seu sindicato, e esta coisa que eu tenho pactuado de certa forma, com a Sonia, que a gente não fique na boca do falo, você me pergunta e eu lhe respondo e argumento porque não dá e argumento porque dá.

Definição do critério de perfil, não esta definido, foi feito inicialmente um censo, levando há pessoas, que estão lotadas, aonde, o que estão fazendo. Veja provavelmente, com certeza a coordenadoria de recursos humanos da secretaria é que estará trabalhando na formulação do critério e pelo do que eu conheço do Paulo Seixas é uma pessoa extremamente acessível e que provavelmente a partir do pleito do Sindsaúde poderá participar dessa discussão tranqüilamente, não vejo nenhuma dificuldade na participação.

Prêmio incentivo acho que a hora que eu respondi a Eva, respondo essa questão do prêmio de incentivo também, eu tenho a plena convicção que esta questão do prêmio de incentivo não mexe no mínimo do que esta, há proposição de uma eventual reordenação da utilização do recurso para fazer o prêmio de incentivo até há, do que já esta conquistado pelo menos não se mexe.

A questão dos desinsetizadores dentro da agencia mantém-se a estrutura do controle de vetores e dentro das atividades do controle de vetores, você terá as atividades desinsetizadores, e quem faz desinsetização a função que faz são os desinsetizadores, então eu posso garantir aqui é uma palavra minha, que os desinsetizadores continuarão existindo dentro da estrutura da agencia, então não há porque temer.

Audiência publica na assembléia legislativa eu acho extremamente pertinente, Helcio, eu acho que em todos os momentos em quaisquer discussões em que tenha a ver com a sociedade, as autoridades envolvidas e a população e os segmentos envolvidos devem sentar e discutir amplamente porque isso mexe com o destino das pessoas e mexe fundamentalmente com o destino da sociedade. Então tem que ser discutido sim, eu acho que o Sindsaúde não se é nesse momento ou no momento seguinte em que se encaminha um projeto de lei, articula – se com a base do legislativo e trabalha no chamamento de uma audiência pública, isto faz parte da democracia.

A Sr.: Rochinha ela fez uma comparação entre o IAMSPE autarquia especial, conselho deliberativo, tripartite e houve dificuldade e não passou. Vejam não é manifesto de vontade, fica ao acaso, está explicado aqui no documento a criação do conselho deliberativo, representados pelos segmentos que estão envolvidos no processo, a casualidade é que se eventualmente houver algum impedimento, isso vai ser discutido, mas na manifestação do documento tem, não só um conselho deliberativo, como um conselho consultivo, como um conselho técnico administrativo, são três instancias de participação dos segmentos envolvidos dentro da agência, leiam no documento que isso está escrito. A questão do 3131 dona Rochinha, eu vou colocar uma coisa para a senhora, eu fui coordenador da região metropolitana da grande São Paulo de 1998 até 2000, eu encontrei essa situação na grande São Paulo e principalmente nos hospitais e minha primeira decisão é de conversar com o secretário, eu dizia que esta era uma forma apesar de ter o amparo legal, era uma forma que não progredia na relação do trabalho dentro da instituição, por que já temos vários modalidades de contratação de funcionários dentro da instituição, e tem mais uma que é o 3131 do qual esse indivíduo não lhe é extensivo os direitos dos outros, enquanto o 3131 foi utilizado como uma estratégia para você resolver uma situação emergencial ela era valida, mas quando ela passou para uma regularidade ela deixou de ser válida, eu não abomino a utilização do 3131, mas para uma situação pontual, transitória e emergencial. Superado a situação de emergência ela tem que voltar para a realidade que é a realização de concurso e contratação de profissionais no quadro regular.

Sr.: Eudes fala da lei complementar 180 / 68. Veja a modalidade de contratação de funcionários, hoje, que fazem parte dos direitos dos diversos órgãos dentro da agência, isto não será mexido, os direitos que estão estabelecidos na legislação não serão mexidos, não há nenhuma preposição da agência de propor uma alteração da lei complementar 180, para ajustar aos interesses da agência.

Tem mais uma pergunta que chegou aqui num bilhetezinho PPI tempo indeterminado e falou que esta resolvido. Realmente houve uma manifestação da assessoria jurídica do governador mandado implantar na folha o pagamento do ticket. Eu vou verificar a partir de que período, veja eu recebi no mês de maio esse parecer jurídico dizendo para a implementação.

#### PERGUNTA INAUDÍVEL

DR. MIKIO - Como eu falei anteriormente, tudo que tem sido questionado formalmente, eu tenho respondido também formalmente e amparando sempre com os documentos que deram esse amparo.

SONIA - Vamos fazer o seguinte o Helcio está me comunicando que ainda tem algumas pessoas inscritas, nós só precisamos combinar como vós vamos fazer porque o Mikio tem uma reunião as duas e meia, ele tem que chegar lá na SUCEM as duas e meia, então o que a gente podia ver é o seguinte quem já está inscrito que tem a sua pergunta contemplada e tal retirar as inscrições para a gente dar conta de terminar ainda com todo mundo aqui na mesa. Então vou pedir encarecidamente pessoas que, quem já foi contemplada puder retirar a inscrição e quem não se sentiu contemplado ser bem breve para a gente dar conta até fazer aqui as considerações finais.

HELICIO - A companheira Aninha que é da SUCEM de Santos:

ANINHA - Bom cinco eu já vou tirar que eu já fui contemplada que o Mikio já respondeu, mas tem uma que eu quero perguntar, que ele falou que lá em São Vicente, Santos, estão cumprindo a lei, do Ministério do Trabalho, só queria perguntar o seguinte, se obrigar o pessoal a assinar o ponto, trocar de roupa meio da rua e expulsar o sindicato que esta defendendo os direitos, se isso é cumprir a lei?

DR. MIKIO - Vou responder para ela agora, se isso estiver acontecendo a diretoria será advertida, irei agora para a SUCEM e entrarei em contato com ela, não é justo, não foi orientação não partiu de nenhuma orientação nem da chefia de gabinete e nem da superintendência para esse tipo de atitude. Vou checar se isso estiver acontecendo a diretoria será advertida por esse procedimento.

HELICIO - Próxima é a companheira Silmara do instituto de saúde.

SILMARA - Bem eu queria fazer quatro perguntas. A primeira é em relação, ao Dr. Mikio eu queria falar que em 2000 começou em genebra na OIT a revisão de todas as convenções trabalhistas que regem o mundo inteiro, os países que participam, que ratificam essas convenções geralmente as transformam em leis trabalhistas, no Brasil já a partir do início dessa revisão houve uma flexibilização das leis trabalhistas e por consequência dos contratos de trabalho. Já existe tramitando no Congresso alguns projetos que ameaçam o 13º salário, férias e outros direitos sociais adquiridos, contando que a votação da OIT será em junho desse ano, o que temos visto na televisão a briga na França e outros países por contra a revisão, o fato do governo dizer que a agencia, que a contratação vai ser por concurso e sendo que nesse mês de maio foi publicado em Diário Oficial do Sr. Alkimin que, a partir desse ano esta proibida a contratação de novos funcionários públicos por dois anos, isso já não é uma brecha para abrir uma forma de contratação sem concurso.

A outra pergunta seria para o Luiz Barreto, como você enxerga o plano de carreira, já que existem a carreira de apoio, ela existe em cinco pastas, ela pega instituto de caça e pesca, instituto biológico, ele pega instituto de geologia da agricultura e a própria pasta de ciência e tecnologia, como você vê a criação dessa carreira e o que pode ser feito para ser valorizado?

A outra pergunta eu volto ao Dr. Mikio qual o plano atual para valorização salarial dos funcionários da carreira de apoio a pesquisa já que eu também estou ha oito anos acompanhando e fazendo parte de mesas, a primeira foi a convite do próprio Sindsaúde, aonde estudei a parte da carreira de pesquisa, numa mesa em que éramos eu, outras pessoas do Lutz e o Dr. Cristiano era quem representava o governo, ele não era chefe do instituto Adolfo Lutz naquela época depois a cinco anos eu venho acompanhando o Luiz Barreto que é coordenador de uma comissão que se chama, Comissão de Valorização dos Funcionários de Apoio a Pesquisa. No primeiro governo Covas nós escutamos que iria se valorizar os pesquisadores, no segundo governo Covas eles foram, tiveram equiparação salarial com a seguinte promessa que logo após seria valorizados os funcionários da carreira e por fim nós estamos agora no governo Alkimin, o Alkimin também sinalizou depois da morte do Covas que isso seria feito e até o presente momento não foi, ou seja esses funcionários estão pelo menos há seis anos esperando uma resposta do governo, eu pessoalmente já estive junto com o Luís e outros colegas, com João Carames que era presidente da casa civil, estive em mobilizações, já foram feitas monções, já foram feitas passeatas o que é preciso fazer para que esse governo tome uma postura?

Também gostaria de falar para o Jorge que a Dra.: Virgínia que é do instituto de saúde, que ela tem uma tabela aonde mostra que no mundo todo o número de funcionários públicos é muito maior do que existe no Brasil, se ele quiser comentar esse fato, senão a própria informação de uma pessoa que tem uma tabela que no Brasil há pouco funcionário público, que é possível e precisa ter muito mais, pelo menos, para função da manutenção do estado já é

uma coisa que a gente tem que defender tem e levar essa tabela pelos quatro lugares. E por último é uma provocação ao Dr. Ricardo que se o Lutz não dá dinheiro, os medicamentos também não dão.

HELICIO - Próxima, estão inscritos, a companheira Glácia, companheira Cilmara de Votuporanga, companheiro Domingos de Marília, companheiro Gilson do Vale do Ribeira. Próxima a companheira Glácia.....

#### FIM DO LADO A DA FITA 4

GILSON - ...então a pergunta é os futuros funcionários da agência serão públicos ou meros empregados públicos?

SONIA - Agora, tem questões aqui para todos da mesa vamos ver quem quer começar.

LUIZ BARRETO - Eu gostaria de aproveitar essa última pergunta e fazer uma colocação e dar algumas informações para vocês do que está acontecendo em outros locais não necessariamente que se transforma em agência ou não, mas por exemplo eu tenho informações de funcionários da DAEE, ou mesmo da antiga FEPASA, os funcionários não perdem seus direitos adquiridos acontece que, os estatutários, o que está acontecendo lá, aconteceu também no DETRAN, um processo de terceirização que houve dentro do DETRAN, funcionários contratados a toque de caixa por regime celetista, eu tinha um amigo inclusive lá engenheiro, acontece o seguinte como não podem mandar embora, o que acontece eles acabam sendo relegados a segundo plano, ou se não são deslocados para outras regiões, regiões distantes, ficam em salas abandonadas, mexendo com arquivo morto, tirando poeira de processos antigos, o que nos estamos observando em outros órgãos públicos, é um processo de demissão voluntária camuflado, porque eles mexem com a auto-estima, eu não quero aqui, de forma nenhuma, julgar o que vai acontecer com relação a essa agência, eu estou lhe dizendo o que está acontecendo em outros locais, mexe com a auto-estima do funcionário, o funcionário não agüenta ficar um ano, dois anos nessa situação, acaba indo embora, o que precisa ficar resguardado é o direito do servidor em manter sua integridade, o seu bem estar, a sua vontade em se aprimorar, em participar das instituições públicas, isso em momento nenhum está sendo colocado nos projetos que estão sendo apresentados. Não há garantias de como vai se dar o processo de adequação dos funcionários que aderirem ao sistema proposto de que sua integridade será mantida, há um projeto na Câmara dos Vereadores com relação ao assédio moral, alguém sabe desse projeto de lei, há formas táticas que estão sendo implementadas por esse governo em outros setores e a da desmoralização do servidor público, então, eu gostaria de deixar isso bem claro aqui, estudem bem as leis nas quais vocês estão cada um inseridos, mas atentem também para essas particularidades, porque estão sendo aplicadas técnicas, no meu modo de ver, desleais, para desmoralizar o servidor público, para induzi-lo ao desligamento das suas instituições públicas. Quanto ao projeto eu não quero de forma nenhuma entrar no mérito desta questão, apenas gostaria de realçar que não foi colocado nesse projeto, eu não vi em nenhum momento, garantias, para que isso não aconteça, eu acho que isso tem que aparecer, eu acho que isso tem que ser dito com todas as letras que os servidores devem ser valorizados mas volto a insistir, os princípios apresentados vão contra os nossos ideais, eu me dou o direito de dizer de forma bem clara que nós somos pela valorização das instituições públicas existentes e elas podem ser valorizadas e podem ser revitalizadas, existem mecanismos para isso, não é necessário inventar uma agência para que isso ocorra.

JORGE CAIANO - Eu gostaria de reforçar uma fala que tanto o Paulo como o Mikio fizeram, eu conheço o Mikio a muitos anos, eu realmente acho que não há más intenções por parte da equipe da secretaria, eu pessoalmente leio que a iniciativa vem de fora, uma pressão que vem a todas as secretarias, dentro um pouco daquela abordagem feita pelo Luiz, há um movimento de adequação de estruturas, que é uma visão do governo de estado que está sendo imposto nas diversas secretarias e aí cada secretaria tenta trabalhar, isso no seu formato, mas os objetivos eu entendo que estes objetivos expressos pela secretaria não são necessariamente os objetivos que estão colocados efetivamente como intenção por parte do governo de estado, essa é minha leitura, e eu acho que a disposição para o diálogo, se a gente não tiver claro e acho que foi alguém que colocou aqui, na assembleia legislativa a tendência é de não haver nenhuma discussão, o que for para a assembleia legislativa e o governo tiver interesse em aprovar, aprova, isso tranquilamente, eu acho que essa é uma situação, uma contingência, o Luiz já deixou isso expresso, no máximo o que você pode tentar é alguns arranjos e algumas coisinhas e tal, aquilo que o próprio Luiz está colocando, garantias de que, esse processo de certa forma não degenera, da mesma forma que acontece em outras situações, em outras secretarias, se não estiver expressas no projeto de Lei, realmente vai acontecer o que ninguém quer e talvez, porque a própria secretaria não esteja interessada em fazer, vai acabar acontecendo pela inércia das coisas, e aí então um aspecto que eu acho que é importante, essa discussão sobre carreiras, não dá para resolver situações sobre carreiras sem que você tenha uma definição mais precisa do seja que a função do aparelho de estado que está sendo imaginado para que a partir dessa definição você possa desenhar as carreiras, eu acho que nós estamos há 15 a 20 anos num processo que é de descontinuidade dessa visão de agência, e de carreiras de estado, nós estamos numa desconstrução, então o fato é que mesmo quando a secretaria tem interesse, esses projetos ligados a estruturação de planos de

carreira, não avançam, isso vem desde quando se conseguiu escrever na constituição a obrigatoriedade de se ter em cada nível de governo, regimes jurídicos únicos, e isso foi cortado a partir do momento em que isso caiu, o processo de desconstrução avançou fortemente, que acaba sendo a justificativa para que você crie estruturas e alternativas de aparelhos de estado e acho que é esse o processo que nós estamos vivendo e nesse sentido aquela questão que foi pedida, acho que sim, as agências tendem a se consolidar enquanto estruturas paralelas, fora da estrutura do SUS, mesmo quando na lei está colocado que ele é vinculado ao SUS, na prática ele acaba funcionando de forma autônoma, essa é a expectativa para a agência, é isso que se quer, independente do discurso, a prática que justifica a criação de uma estrutura de agência é a de autonomização e de autarquização, o termo uma autarquia, eu não me preocupo tanto com a definição se é vinculada intrinsecamente à administração indireta, porque não deixa ser administração pública, mas os processos de autarquização tendem a gerar estruturas autônomas, autárquicas, exatamente esse é o termo, o H.C. enquanto autarquia tem uma figura que, de certa forma é importante, que é a história de autonomia da universidade, a USP enquanto estrutura e aí sim, essa questão de ter recursos vinculados a arrecadação do ICMS, garante de certa forma um nível de autonomia financeira muito maior, as agências em geral, mesmo quando arrecadam recursos com fontes próprias, esses recursos efetivamente eles são muito pequenos em relação a necessidade de manutenção dos serviços como um todo, então logicamente essa situação, você pode, no limite estar levando a um desenho em que a justificativa de criar estruturas autárquicas, cortar em termos de recursos, por exemplo como vem acontecendo na própria TV Cultura, na fundação Padre Anchieta que é uma outra estrutura jurídica, mas você vai cortando recursos e isso vai obrigando o enxugamento necessário da estrutura de pessoal e isso justifica o processo de contratação de terceiros, eu acho que a tendência na história é uma situação que a gente está vendo, e eu digo, claramente do jeito que o governo federal está indo mesmo quando ele critica a autonomia relativa que permite ajuste de preços de forma muito fácil e contra a vontade do governo, o desenho geral desse aparelho de estado é de que não vai ser mudado pelo governo federal, isso é que a gente está olhando, a tal da fase II., do ponto de vista de políticas públicas, significaria efetivamente um processo de revisão do que está montado até agora, e nada indica que isso vá ser revertido no governo federal e eu diria, muito menos no governo estadual. LUIZ BARRETO - Permita-me uma complementação que eu acho que isso vai interessar a todos, eu estive com o secretário Barradas, Katia Castelão esteve junto comigo, eu fiz a seguinte indagação para ele, é um ponto crucial, que eu não vi ainda a colocação aqui, eu indaguei ao secretário Barradas. Mas secretário como vão ficar aqueles funcionários que aderirem a agência, a nível salarial com relação aqueles que não entrarem? E dei um exemplo simplório, um motorista, por exemplo, um motorista estatutário entra para a agência e vocês um dia vão abrir concurso para também contratar funcionários tipo motoristas como vai ficar? A resposta que ele deu não é Katia?: Não, mas os funcionários que entrarem na agência terão um prêmio, vai ser criado um prêmio vão ganhar mais, ora meu Deus do Céu, mais uma vez, nós estamos vendo uma forma de captação de atrair o funcionário para uma estrutura nova e de dividir para governar, veja já existe hoje na administração direta uma série de distorções que criam diferenças salariais absurdas, eu vou dar um exemplo que acontece no meio ambiente, nós temos dentro do instituto florestal a fundação florestal, que foi criada em fins da década de 80, hoje estão doidos para acabar com a fundação florestal, aliás esse projeto extingue a fundação florestal, este projeto para criação do instituto da Biodiversidade, uni os três e extingue, ora meu Deus do Céu, um motorista, vou dar um exemplo simplório novamente, um motorista da fundação florestal ganha quatro vezes mais do que um motorista do instituto florestal, que está do lado, está trabalhando a vinte metros de diferença, é um prédio do lado, então criam-se distorções trabalhistas que depois, ficam insolúveis de serem resolvidas em vez de trabalhar a questão de análise de desempenho funcional, tratar os funcionários com os mesmos direitos para todos, isso só é possível através de um plano de carreira que analisa o desempenho funcional e o promove através das suas qualidades, através da sua eficiência, através do seu estímulo ao estudo, ao aprimoramento, em vez disso não, cria um mecanismo de subterfúgios para atrair funcionários para uma nova estrutura ganhando mais, e aquele que não consegue entrar, ou por razões fisiológicas, de fisiologismo, ou por questões de perseguição, não estou dizendo que isso vai acontecer na agência, mas nós sabemos que isso acontece no estado, então o indivíduo é tratado com dois pesos e duas medidas, isso precisa ser colocado, isso precisa ser discutido, ou se trata a questão de recursos humanos como um todo e dá um mesmo tratamento, ou nós vamos sempre entrar nos caminhos do pretensão aumento da eficiência da máquina pública, através de mecanismos mirabolantes que nós já vimos que no passado não resolveu.

Estão tentando colocar na cabeça da gente que isso vai melhorar o serviço público, então isto precisa ser claro, isso precisa ficar claro no projeto, como isso vai se dar porque, o próprio secretário Barradas deu essa resposta para nós.

NÃO IDENTIFICADO - Devemos salientar que a suposta gratificação vai minimizar a diferença salarial da agência com os funcionários.

LUIZ BARRETO - Na medida do possível ele falou.

(Fala de alguém quase inaudível, uma parte foi inaudível)

SONIA - Ricardo

RICARDO MENEZES - Deixa eu reforçar uma coisa que o Caiano já falou, conhecendo uma série de pessoas da cúpula da Secretaria inclusive tenho trabalhando há muitos anos com o Mikio, não tão aproximadamente mas de relacionamento, a idéia é boa racionalização técnica, em algumas áreas tem superposição mesmo de funções, alguns órgãos, facilitar articulações técnicas etc. . . , tem isso tudo, também tem a racionalização econômica, uma vez que existe superposição técnica, duas pessoas fazendo um trabalho só, ou fazendo duas vezes, você racionaliza economicamente, isso é verdade, eu não questiono isso não, existe uma boa intenção mesmo do ponto de vista técnico, posto isso, a questão de criar a agência que conceitualmente é adequado, é necessário, por exemplo, no delito de ANVISA federal, isso está sendo discutido lá, isso não dá certo, isso gera outros monstros, mas como todo mundo está trabalhando separado, não dá certo na área coletiva, conceitualmente está correto, agora tem que ter todo cuidado por que é isso mesmo, estas estruturas tendem a reforçar a fragmentação da direção do "SUS", sim, é a própria dinâmica delas, então o cuidado pressupõe o que? uma articulação desde já com a secretaria, com os funcionários, esse fórum de discussão do Conselho Estadual de Saúde discutir essa questão porque a gente não pode assistir uma coisa visível como foi o conselho nacional da saúde, se recusar a convocar conferência nacional de vigilância sanitária de 2001 e passou para a própria ANVISA convocar, quer dizer, é um conselho nacional, um conselho da república, antigo mas com muita autonomia conferida e muita atribuição, poder dever conferido pela lei 8142 de 90 e o conselho nacional de saúde abriu mão de convocar simbolicamente convocar. Então é assim essa discussão, até porque tem um momento que a cúpula perde, a dinâmica do órgão vai numa linha e a cúpula perde, de repente não está discutindo mais com outro pedaço da secretaria. Eu acho que esses fóruns, o conselho estadual de saúde discutir, acompanhar, estar ciente, é uma coisa que pode ser antídotos a essa coisa enorme, porque essa estrutura vai ser muito grande, vai ser uma das maiores estruturas da área de saúde do Brasil, provavelmente a maior. Essa tendência a autonomia é muito grande, então essa discussão com o corpo de funcionários e o conselho estadual de saúde desejar, eu acho muito importante para a própria cúpula da secretaria que está discutindo e está pensando essa questão.

Na verdade, o que ocorre na medida que esses órgãos ficam autônomos, não é privatização, essa é uma área que não se privatiza, áreas que tem órgãos que são detentores de poder de política administrativa, que pode fechar coisas, para não falar ao interditar, vamos citar o Lutz, o Lutz tem fé pública o exame do Lutz é aceito e ponto. Esse tipo de órgão não se privatiza, o problema está no que pode gerar uma excessiva autonomia futura de um órgão dessa natureza, que são os fenômenos de terceirização, porque não se privatiza esse tipo de coisa, a ANVISA o que tem já que não pode ter carreira, o que ocorre?- contrata-se, mas também tem muito mecanismo de terceirização de procedimentos técnicos, de uma série de iniciativas, treinamentos que a gente sabe que a própria ANVISA e estados da federação assim como São Paulo podem dar o treinamento, o que gera isso, mas privatização não, ninguém vai privatizar o Lutz, vigilância sanitária muito menos, a SUCEN, mesmo porque não dá lucro, mesmo se houvesse um maluco querendo.

A deformação ocorre nessa área, via terceirização e aí fechando é muito dramático, é pior que a privatização porque quando você começa a terceirizar coisas que é da sua cultura, a instituição perde a cultura, perde a cultura institucional, a cultura organizacional e aquilo que ele faz, faz-se com um mínimo de envolvimento, esse é o problema das terceirizações, perde a função, a instituição acaba, vira aquela coisa amorfa e numa área como esta, sem compromisso com o povo, porque quem é contratado para prestar serviço de terceiro, ele quer ganhar o dinheiro dele e ir embora, um abraço, não tem essa de envolvimento com a cultura da organização, com o Lutz, com CVE, com CVS, com a Sucen, não tem essa, então eu acho que o problema é esse, mas, privatização não..

DR. MIKIO - Eu vou responder aqui pelas perguntas que as pessoas fizeram, depois eu faço uma consideração geral do que foi colocado.

Então a Eva, trabalhadores da Sucen, quando os trabalhadores precisam não existe uma resposta precisa, eu acho que isso é natural em qualquer processo de mudança, eu estou na secretaria, já disse eu estou a bastante tempo na secretaria e eu vivenciei várias mudanças, até o Jorge Caiano lembrou que a gente é velho, na época a gente quis conter a chamada dicotomia da medicina curativa com a preventiva, e pensamos na criação do... Na época do PMS, foi uma mudança em seguida foi a dor ERSAS, vocês lembram dos ERSAS e depois foi a extinção dos ERSAS, criação das direções regionais de saúde e agora nós estamos num outro momento, teve as organizações sociais, agora tem a extinção dos núcleos aqui na capital, e na verdade isto, a organização ela se movimenta e claro, que todas essas transformações elas geram insegurança e a pergunta sempre fica, e eu? como é que fico?

Eu pobre coitado, pequenininho, aqui dentro dessa estrutura, eu vou estar sentado na comissão, e essas inquietações também passam por um nível de medo, insegurança, de desconforto, de preocupação, para tentar formular alguma coisa que seja o melhor, quando eu digo que eu pessoalmente não estou sentado como membro dessa comissão

com um pensamento maquiavélico dizendo, eu vou querer na expressão F... as pessoas, não passa por aí, não existe isso, pelo menos pelo meu pensamento não passa de jeito nenhum, e eu que vivenciei em vários momentos essas transformações na secretaria, e fui participante do processo de transformação, igualmente estou sendo agora dentro da comissão, e a gente sempre procurou garantir para as pessoas um processo mais tranquilo possível, nas mudanças. Então vejam, todas as respostas, não tem, devo reconhecer que isso é um processo e que as respostas vão se dar no bojo das discussões, acho que essa discussão contribui para que a gente consiga enxergar também um outro ponto de vista e essas discussões é que vão contribuir nas definições e no clareamento das propostas mais para frente. Perfil profissional: há um desejo que, essa nova estrutura da agência ela tenha um quadro que corresponda com seus objetivos. Não no sentido do conceito de empresariamento mas utilizar um conceito de administração em que você busca adequar o perfil do profissional com os objetivos da organização. Como isso vai ser feito? Isso é um processo que se dá também na hora que você começa a consolidar, ter uma maior clareza de quais são os objetivos, de quais são as missões, e qual é a visão fundamentalmente estratégica que se quer ter dessa instituição daqui não para um ano, mas para daqui cinco, dez anos para frente, isto faz com que a área de recursos humanos começa ser acionada e discutida sobre a necessidade de pensar que profissional e que tipo de capacitação será necessário para você ter o funcionário adequado ou de conforme, de conformidade aos objetivos da agência.

Aí houve a pergunta da comparação entre funcionários municipais ligados na agência, a preocupação de que o termo que está escrito aqui, aos moldes do processo da municipalização, talvez foi uma colocação infeliz, talvez foi até por uma falta de uma expressão melhor, que se usou como uma forma comparativa de como você vai colocar os atuais funcionários que atuam dentro das estruturas existentes vinculadas a agência.

Veja primeiro pela característica dessa agência, que essa agência, apesar de ser proposta ser uma autarquia, ela é um órgão vinculado ao governo do estado de São Paulo, é diferente do município que é uma outra esfera de poder, o mecanismo hoje que se coloca as pessoas a disposição do município é que pode ser observado na colocação do funcionário para a agência é claro que, na autarquia todos os benefícios que os funcionários públicos tem, quando o governador dá, ela é extensiva aos funcionários autárquicos, tanto é que eu fui lá para a Sucen, as prerrogativas salariais são iguais, então não há no meu entendimento, nenhuma preocupação prévia de que isto vai ser tirado os direitos das pessoas, mesmo porque não dá para tirar.

Eu, até nesse sentido, eu pediria que não houvesse esse tipo de preocupação maior. É claro que é importante que a entidade que os representa esteja participando nessa discussão, acompanhando essa discussão, para que isso seja efetivamente efetivado ou colocado como uma coisa certa e garantida para todos, mas a priori, o entendimento é de que o funcionário não tenha perda.

Nivaldo, o Nivaldo coloca um Cavalão de Tróia, só mais uma coisa a Eva a questão que você colocou, acho que não foi você que falou do treinamento não né?...

#### FIM LADO B FITA 4

GLACIA - Que o modelo de estado que a gente vê, então a gente percebe que não existe pelo documento Dr. Mikio, eu estou aqui na minha mão, o organograma que cria a agência diz assim, na elaboração desta estrutura organizacional embora esteja presente o conselho deliberativo, após discussão do grupo conclui-se que se não for legalmente necessária a sua existência este não seria criado. Então é assim, coloca como o conselho deliberativo não uma necessidade, mas a partir da visão de um grupo, a necessidade de criar ou não, este ponto já fere o SUS, porque no SUS se coloca o controle social, que foi até uma pergunta que o Helcio colocou, ele tem que existir, ele tem que ser efetivado, através da criação dos conselhos gestores nas unidades, e hoje a gente se vê que na proposta de agência este modelo de estado não coloca isso como prioridade e aí eu queria perguntar assim, a concepção de estado que a agência propõe, que o governo de estado propõe é uma gestão estatal pública, mas estatal e isso vai gerar um desvio do que se refere ao atendimento, a assistência, principalmente quando vai se discutir a questão financiamento e esses ativos que precisam ser colocados dentro do serviço público, então eu queria perguntar isso. A outra coisa é o seguinte, o que vai ser das DIRs após a criação da agência, se elas vão ser extintas, ou elas vão ser um setor de RH da agência, e outra questão que eu queria colocar é o seguinte, o senhor está – se colocando a partir inclusive da sua presença aqui, está se colocando que existe um espaço para a gente discutir e interferir na proposta de agência, e eu acho isso incrivelmente positivo, porque a gente sai do discurso e vai para a prática, e a prática nossa seria a necessidade de agilizar o mais rápido possível, uma reunião com o secretário de saúde, com o sindicato para que a gente possa sentar e discutir a partir de seminários o que nós pensamos, o que nós queremos com essas agências.

HELICIO - Próxima é a companheira Cilmara de Votuporanga.

SILMARA - Boa tarde, a minha pergunta é para o Dr. Mikio, nesse documento que fala sobre as agências, não

só o Adolfo Lutz vai ser integrado a essa agência, mas também alguns laboratórios ligados a DIR mais que majoritariamente fazem exames de vigilância, e na minha região que é de Votuporanga, existem três laboratórios ligados a DIR, e pelo documento, a gente faz exames de vigilância, mas também alguns exames de rotina, e pelo documento não está bem esclarecidos se será incorporado a agência ou não, então os funcionários tem me cobrado sobre isso e também a direção geral da DIR ligada a esses três laboratórios tem falado que lá vai ser agência e eu queria que o senhor me esclarecesse mais sobre isso.

HELICIO - Companheiro Domingos da SUCEM e da direção do Sindicato de Marília.

DOMINGOS - Boa tarde, minha pergunta é para o Dr. Mikio, Dr. Mikio aproveitando o ensejo da sua presença aqui, gostaria de saber porque da proibição dos PPI fazerem parte da comissão da CONSAT, visto que, todos trabalhadores dentro do mesmo local de trabalho, exercendo a mesma função, não estaria esse ofício elaborado pela superintendência arbitrária, ferindo a constituição, mas outra que eu queria ver com o senhor, o senhor falou que o Dr. Luiz Jacinto esteve na minha região lá em Marília fazendo reunião com os trabalhadores, eu quero deixar aqui publicamente que eu não fui informado, tem outra colega que trabalha comigo lá na SUCEM também não foi informada, então eu gostaria de saber, com quem que ele fez, só com a diretoria, eu acho que a diretoria representa como chefe dos trabalhadores, mas nós trabalhadores não participamos dessa reunião, outra coisa, o único medo que a gente tem desta agência é o seguinte porque fala, fala... nós tivemos uma negociação com o próprio superintendente na mesa lá, discutimos os nossos direitos, devido terem tirado nossos terços, nossas diárias e foi confirmado o seguinte, que ele estaria recebendo, só que depois fomos fazer negociação, só que nunca, nós conversamos, conversávamos, conversávamos e nossos direitos não foram respeitados, foi posto do modo que eles queriam, outra coisa, nos discutimos que quando tivesse uma epidemia, a SUCEM estaria pagando hotel em condições dos trabalhadores ficarem, só que isso não aconteceu, porque falar é fácil hora de cumprir nossos direitos é difícil.

HELICIO - Próximo é o companheiro Gilson do Vale do Ribeira da SUCEM do Vale do Ribeira.

GILSON - Boa tarde a todos, a minha pergunta é ao Dr. Mikio, antes de mais nada eu gostaria de dizer ao Dr. Mikio que minhas perguntas simples apesar de eu ter varias perguntas, mas devido a organização não vai dar tempo para eu passar, mais tarde vou tentar achar um e-mail ou passar para o senhor diretamente, porque eu trago perguntas de vários funcionários, não minha própria e dizer também que fazer um favorzinho para a gente, como o povo esta usando na linguagem jornalística, sinopse alongada ou pergunta discurso, para mim se possível responder de forma direta, a minha pergunta vai ser simples e a resposta direta, porque eu acho que a maneira mais fácil de responder não querendo responder é só fazer uma pergunta comprida aí o cara enrola...enrola...enrola.

Em relação ao desvio de função, fica ou muda? para onde? exemplo na SUCEM, agente de apoio a pesquisa fazendo o serviço de técnico de laboratório. Outra coisa, PPI nos contratos em abertos, definição! o senhor deixou em aberto.

E duas observações em relação ao contrato direto, eu trabalho na SUCEM há nove anos, essa palavra direto só se for com o senhor, e vou te procurar, que na minha direção isso não existe, sabe porque, a gente chega e é aquela questão a resposta é alongada...alongada ou seja na linguagem jornalística, enrola...enrola...enrola.

Em relação ao censo, o censo lá na minha cidade chegou na quarta-feira e na sexta-feira queriam a resposta e nos estávamos viajando para São Vicente para combater a dengue, ninguém respondeu, a gente tinha vários cursos, mas não teve tempo de responder, ou seja a organização em relação ao censo também ficou bem precária, obrigado.

SONIA - Como o Gilson era o último, vamos passar para a mesa e também faremos as considerações finais.

LUIZ BARRETO - Eu gostaria de responder primeiro, pois suas respostas com certeza serão demoradas em função do número de perguntas e eu tenho um compromisso. Eu gostaria de ser sucinto em relação da pergunta da nossa querida Silmara, como ela bem lembrou, ela esta acompanhando o nosso movimento ha cinco anos, ela viu realmente o esforço que foi feito no sentido de sensibilizar a classe política e a sociedade como um todo sobre a problemática, volto a insistir, dos institutos de pesquisa do estado de São Paulo que nós defendemos que diz respeito a nossa problemática, desenvolvem também atividades fundamentais na área de prestação de serviços, de atendimento a população, então são atividades que se complementam, nós estamos aqui para somar ao esforço daqueles que estão defendendo os funcionários que prestam serviços exclusivamente ao atendimento a sociedade, estão tentando responder as demandas sociais, por isso a minha iniciativa em procurar o Sindsaúde e me colocar a disposição para engrossar as fileiras, porque nós temos que sincronizar nosso discurso perante a Assembléia legislativa, porque senão vai parecer que ha duplicidade de funções e atividades e não é o nosso objetivo, mas respondendo a Cilmara de forma bem objetiva a nossa carreira que tanto defendemos, esta aqui um colega que acabou de citar os agentes de apoio a pesquisa, existem uma gama de funcionários que são abrangidos pela lei complementar 661/662 como a própria palavra diz, como é propriamente caracterizada são funcionários de apoio a pesquisa, tem os agentes de apoio a pesquisa, os técnicos de apoio a pesquisa, os oficiais de apoio a pesquisa, os assistentes de apoio a pesquisa, então o

nosso universo é dentro da atividade da pesquisa, isso precisa ficar bem claro, então qual é o nosso horizonte? que nós temos de curto prazo, com relação a isso, o horizonte é nebuloso, perigoso porque está claro que há uma estratégia de atuação em todos esses institutos no sentido de, como bem lembrou o colega aqui ao lado até mesmo de interferir na cultura institucional desses institutos, porque não tenham dúvidas, de que a reforma como esta sendo proposta vai mexer com a cultura institucional, o que nós queremos é que a cultura institucional seja valorizada os pontos positivos dessa cultura institucional sejam valorizados, nós não temos dúvidas que há necessidade de reforçar, mas não somos contra reformas, não somos contra modernização da máquina pública, mas nós queremos é a valorização dos pontos positivos que esse sistema tem, e esse sistema tem de melhor são seus institutos, o histórico desses institutos, para vocês terem uma idéia muitos desses institutos foram criados, são oriundos da comissão geográfica e geológica, que esteve no estado de São Paulo, foi criado pela antiga província do estado de São Paulo para a criação de uma comissão para estudar a problemática do estado de São Paulo que naquela época não havia nada. Eu estou falando de 1866, essas instituições tem uma trajetória histórica fantástica que simplesmente não está sendo levada em consideração, e é claro que no momento em que eles não pensam em suprimir o nome desses institutos há realmente uma tentativa de não mexer nessa cultura institucional só que da forma como esta sendo feita vai mexer e aí é que está a questão, quando nós defendemos a criação de uma carreira de apoio a pesquisa nós estamos defendendo na verdade a revitalização desses institutos de pesquisa, por isso que nós não desviamos a nossa trajetória em nenhum momento quando falamos desse sistema de ciência e tecnologia, defendemos a integridade desses institutos e o que é mais importante nós temos um projeto. A comunidade científica e a comunidade de apoio a pesquisa tem um projeto para revitalização desses institutos porque muita gente diz, os parlamentares do PSDB principalmente, Ah, a mais o que vocês propõem em troca, o que vocês propõem para a melhoria desses institutos nós temos e podemos colocar a disposição a documentação feita no sentido de criar, de retomar o fundo que foi extinto, que é o fundo de pesquisa dos institutos de pesquisa, que hoje não está em vigor e implantar um sistema de carreira de apoio a pesquisa claro, objetivo que premia a eficiência e o desempenho dos funcionários de apoio que não dependam de situações fisiológicas, de apadrinhamento ou de oportunismo para que fiquem engajados em estruturas que são estranhas ao ambiente científico e tecnológico, gostaria de realçar que esse projeto de carreira como a Cilmara pediu, está redigido, foi apresentado ao governador Mário Covas após um debate transparente em todos os institutos de pesquisa inclusive o da Saúde, nós íamos nos auditórios e muitos de vocês devem se lembrar, mostrávamos através de transparência o projeto de carreira, pedíamos a sugestão, a Cilmara há de confirmar essa informação, nós pedíamos sugestão de todos os presentes inclusive dos diretores dos institutos de pesquisa, sugestões para melhorar o projeto de carreira, isso foi feito, foi incorporado nas sugestões, apresentamos novamente no Palácio dos Bandeirantes, graças a uma mobilização muito forte, levamos duas mil pessoas na frente do Palácio dos Bandeirantes, fomos atendidos pelo secretário da casa civil João Carames que intimou a assessoria técnica do governo, a Cilmara presenciou, a atender essa solicitação haja visto que era inconcebível a assessoria técnica do governo não dar atendimento a essa reivindicação, ficamos mais de quinze horas, três dias seguidos, mais de cinco horas seguidas com essa assessoria totalizando quinze horas, o projeto foi colocado para eles com toda clareza e eles se comprometeram a adequar o projeto na linguagem deles antes, e nos apresentar a proposta antes de encaminhar para a assessoria técnica legislativa. Eles não atenderam as nossas Reivindicações, adotaram uma postura simplória com relação ao projeto para não envolver despesas, encaminharam para a assessoria técnica legislativa e aí a assessoria técnica legislativa encaminhou para todos os secretarias envolvidas, volto a insistir apenas o secretário da agricultura o então Sr. Meireles obstaculizou o nosso projeto, todos os demais queriam que o projeto andasse, apenas o secretário da agricultura obstaculizou, isso quer dizer o que, isso quer dizer que não interessava esse modelo de agência aquele que estava proposto, volto a essa questão que é crucial que muitas pessoas estão esquecendo, o Sr. ex-secretário da agricultura foi para a secretaria de ciência e tecnologia com o firme propósito de alterar esse sistema de ciência e tecnologia e gostaria de salientar o nome da secretaria para qual ele foi deslocado e secretaria de ciência e tecnologia desenvolvimento econômico e turismo, isso quer dizer que eles querem priorizar os agentes econômicos que estão por trás desse sistema de ciência e tecnologia, que estão também por trás da área de turismo, porque o ecoturismo hoje é uma das vertentes econômicas mais fortes, por isso que o secretário hoje todo poderoso o homem mais forte do governo é o secretário de ciência e tecnologia, que por enquanto está vendo de camarote tudo isso que está acontecendo, vendo como as demais secretarias estão conseguindo lidar com a problemática, mas na hora “H” ele vai intervir porque por trás disto tem toda uma política macroeconômica que está sendo pensada no sentido de vender patrimônio público, no sentido de deslocar recursos humanos indesejáveis e no sentido de interferir na massa crítica de pesquisadores, que eu não tenho dúvidas que eles querem que a pesquisa seja feita apenas na universidade, porque na universidade como eu já salientei a despesa está garantida eles tem um percentual da arrecadação, por isso que o pessoal da USP não quer os pesquisadores desse sistema, o pessoal da USP está se negando, não estão aceitando essa proposta do governo porque vai diminuir menos ainda os recursos que eles tem,

para o governo é muito cômodo jogar a pesquisa científica para as universidades e aí eu volto a insistir porque eu falo sempre em ciência, tecnologia e pesquisa porque isto é segurança nacional, isto tem estratégia de sensibilização da opinião pública, eu gostaria muito que o Sindsaúde se sensibilizasse com essa problemática da ciência e tecnologia porque, se nós ficarmos só falando do atendimento da população, do atendimento das demandas sociais, nós vamos ter um discurso bonito, social, mas nós temos que ter um projeto para sensibilizar a opinião pública muito maior e esse projeto passa pela ciência e tecnologia, passa pela pesquisa que complementam essas duas atuações. Então eu gostaria de encerrar essa minha fala, não sei Silmara se ficou claro a minha resposta, mas não se esqueçam eu não estou aqui querendo valorizar a atuação do pesquisador sobre maneira, não é isso, eu não sou pesquisador, não estou comprometido com a carreira de pesquisador, não vou prestar concurso para pesquisador científico que está aí, estou falando para todo mundo por que isso é um engodo, esse concurso de pesquisador foi um jogo de marketing do governo as vésperas do debate do Genoino com o Alkimin na Rede Globo de televisão, o que saiu no Diário Oficial propondo programa de valorização dos institutos de pesquisa, e depois abertura de concurso de pesquisador científico saiu dez dias antes do debate do Genoino com o Alkimin na Rede Globo de televisão, isso foi uma estratégia para neutralizar qualquer colocação do Genoino na televisão sobre a situação precária dos institutos, porque nós instrumentalizamos todos os candidatos a governo do estado de São Paulo, não apenas o Genoino, a nossa luta é suprapartidária e para encerrar eu gostaria de enfatizar que o nosso movimento não tem caráter sindical, nenhum de nós do movimento tem pretensão de atuar na atividade sindical, apesar de valorizarmos por demais a atuação dos sindicatos, felizmente vocês da saúde tem um sindicato forte, atuante, meio ambiente não tem, agricultura não tem e não é por isso que nós vamos querer montar um sindicato, não é isso, nós queremos apenas exercer a nossa cidadania, estamos aqui para engrossar fileiras, já me coloquei a disposição da Sonia nesse sentido por que a luta é muito maior do que a gente está pensando, não pensem apenas em causa própria, não pensem apenas nas suas funções como é que vão ficar, procurem elevar o pensamento pensar numa coisa maior em prol de nossas instituições que foram montadas a custa de sacrifícios de três gerações, e nós não podemos agora simplesmente passar uma borracha por cima e esquecer da importância dessas instituições e dos seus servidores públicos, muito obrigado a todos, contem conosco, em que eu puder ajudar eu estou a disposição da Sonia.

SONIA - Obrigada Barreto, com certeza nós iremos lhe procurar novamente para futuros debates, vou passar para o Mikio.

DR. MIKIO - Silmara do instituto de saúde, acho que a Silmara fez uma contextualização bastante interessante que hoje o mundo esta discutindo esta questão da relação do capital e do trabalho e veja que nem o Brasil, hoje com um governo que surge do chão das fabricas é isento dessa discussão da nova relação do trabalhador ou da relação do capital e do trabalho, mas você fez uma observação interessante porque houve uma publicação de um comunicado da comissão de política salarial do governo que alerta a todos os dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta de que o teto de gastos com pessoal e encargos do estado ele esta numa faixa emergencial porque ele se aproxima com o limite que esta estabelecido na lei de responsabilidade fiscal, e veja a proposição da agencia ela não é de contratação de novas pessoas, a proposição da agencia é do trabalho com os trabalhadores que já estão trabalhando nos diversos institutos, diversos serviços existentes, então não vejo nenhum perigo ou ameaça de que a gente venha descumprir com esse comunicado da política salarial na constituição da agencia.

A segunda coisa é sobre o plano atual sobre a carreira de apoio a pesquisa salarial, o que eu posso dizer para você, é que isso não faz pauta da nossa discussão da agencia, mesmo porque há todo um movimento que o próprio Barreto acabou de colocar aqui para vocês de que essa é uma luta que não é especifica de uma secretaria, mas de varias secretarias que estão envolvidas com a questão da carreira do pesquisador científico e da carreira do pessoal de apoio a pesquisa, vocês alegam que há seis anos vocês não tem aumento salarial, mas o conjunto dos funcionários públicos do estado, não tem há oito anos aumento salarial, então eu acho que não deve se haver uma luta especifica, eu acho que deve haver uma luta em conjunto, mesmo porque o pesquisador científico é um funcionário publico também, então eu acho que deve engrossar a luta do Sindsaúde, engrossar a luta dos outros segmentos de governo no sentido de buscar e atingir seu objetivo de questão salarial.

A questão da Glacia em que ela coloca que no documento, realmente no documento está escrito isso mesmo Glacia, por que nos grupos tem divergências, não negamos que dentro do grupo há pessoas que entendem de um jeito e a um grupo que entenda de outro jeito, então para que o documento seja fiel aos posicionamentos das pessoas dentro dele, ele retratou essa questão, mas eu tenho certeza que no entendimento maior de quem está coordenando o processo entendem a importância da representação e da existência desse conselho a tal ponto que somente esta questão do conselho deliberativo que foi observado, mas os outros dois conselhos não foram questionados, e foram colocados dentro da estrutura, e tem uma coisa interessante que alguém falou que representa o conselho estadual da saúde, acho que isso é uma questão que o conselho estadual de saúde eu já participei de conselho estadual da saúde em alguns

momentos acho que eu tenho prerrogativa dentro da sua agenda solicitar eventualmente a participação do Dr.: Luís Jacinto que está hoje coordenando esse processo da constituição da agência, para estar expondo a fazendo um debate com os conselheiros, ou na plenária ou nas comissões.

Que vai acontecer com as “ DIRS ”, as DIRS existirão, continuarão existindo, mesmo porque a agência não tem papel de substituir o papel da DIR, das direções regionais de saúde, hoje dentro das direções regionais de saúde tem a estrutura da vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e outras estruturas, e essas estruturas continuam sendo necessárias dentro da estrutura da secretaria da saúde, então não vejo a priori nenhuma ameaça com a criação da agência a extinção da DIR.

Necessidade de agilizar uma reunião com o secretario estadual da saúde para discutir agencia, acho que é uma reivindicação que deve fazer diretamente ao Sindsaúde que é o órgão que representa o conjunto de trabalhadores, para solicitar na agenda do secretario uma pauta para esse tipo de discussão.

A Cilmara de Votuporanga traz uma questão pertinente que tem que ser discutida, que são os laboratórios, a priori esta contemplado dentro da incorporação da agencia, os laboratórios regionais do Adolfo Lutz, aqueles que estão hoje subordinados diretamente ao Adolfo Lutz, não sei se lhe responde a pergunta. É isso que esta contemplado nessa discussão, a incorporação de um laboratório que esta municipalizado, voltar para a estrutura do estado, eu vejo como uma possibilidade bastante pequena de acontecer isso, então nós estamos falando das estruturas que hoje ainda estão vinculadas diretamente a estrutura da secretaria da saúde, nesse caso o Adolfo Lutz.

Domingos de Marília, olha Domingos eu sei que o Dr. Luiz Jacinto tem uma agenda de estar indo discutir nas regionais onde tem inclusive as direções regionais de saúde e que integra as pessoas para se fazer uma discussão a respeito da agenda eu lembro de ter alguma coisa da ida dele para Marília, eu sei que objetivamente ele foi em Campinas e fez esse tipo de reunião eu sei objetivamente ele esteve em Ribeirão Preto também fazendo.....

## FIM LADO A FITA 05

DR. MIKIO - A jornada de trabalho será garantida um terço de diária, aquela jornada que ultrapassar as seis horas fora da sua sede. Atendendo a uma reivindicação principalmente dos trabalhadores e dos diretores regionais de que esta circunstância criou algumas dificuldades na realização no trabalho de campo, houve uma formulação de um projeto de lei e que solicitava-se uma indenização aos trabalhadores que fossem atuar no campo. A Assembléia Legislativa entendeu que ao invés de criar uma indenização, cria-se uma gratificação que não fosse restritiva somente as pessoas que saíssem fora do município, inclusive aqueles que trabalham no próprio município, isso acabou beneficiando os trabalhadores principalmente aqui da DPE. Veja numa discussão que nós tivemos com o Sindsaúde, foi colocado em discussão a minuta da portaria que iria regulamentar a aplicação da gratificação de campo, a preposição que o Sindsaúde nos apresentou na nossa avaliação dentro da instituição era inaplicável, então nós demos continuidade ao que nós estávamos propondo que era atividade que superasse as cinco horas de atividade de campo.

DOMINGOS - Deixa eu só entrar nesse assunto com o senhor e pelo seguinte, fizemos um acordo com vocês, beneficia que está dentro do município do setor ali da sua regional, na mesa de negociação foi discutido que uma semana seria diária, quando se você estivesse viajando para fora, um hotel, pelo menos foi o que o Dr. Jacinto nos passou, um hotel com condições do pessoal estar ficando, o que esta acontecendo hoje? hoje o município pede para os funcionários da Sucen, irem, aconteceu em Marília, chamam o pessoal para irem, a Sucen disse que não tinha dinheiro para pagar se o município não podia estar pagando, o município arrumou alojamento, com seis pessoas em cada alojamento, um banheiro, o pessoal teve que trazer roupa de cama e essa indenização de trabalho de campo não tiveram direito e aí esta errado o que a gente combinou a mesa de negociação nossa foi outra, então que dizer nós que estamos saindo do local de trabalho e indo a outro município para trabalhar nós estamos tomando prejuízo, porque se a gente discutiu que os trabalhadores poderiam estar recebendo essa indenização de campo a Sucen não está tendo gastos, porque quem está tendo gasto é a prefeitura, e outra você está levando roupa de cama eu acho que pelo menos essa indenização de campo eles deviam estar recebendo.

DR. MIKIO - Podemos até discutir de forma como esta sendo aplicada, agora veja, tanto a gratificação de campo como a diária, ela tem um sentido específico de auxiliar o funcionário que por força do trabalho ele foi deslocado e que ele tem a necessidade que gerou com isso despesas de alimentação e transporte e hospedagem, tendo em vista que essas três coisas estão supridas pela instituição, pressupões que não tenham direito nem a diária, nem a gratificação de campo, a questão do alojamento, da acomodação se não está adequada, é uma outra discussão.

Gilson do Vale do Ribeira e Registro, coloca a questão do desvio da função do agente de apoio à pesquisa, que eu saiba, não sei de desvio da função do agente de apoio á pesquisa. Quem é Gilson?- poderia especificar?

GILSON - O agente de pesquisa está fazendo serviços de técnico de laboratório que eu acho que não seja função dele.

DR. MIKIO - Olha, veja, precisa ser discutindo isso, eu vou discutir isso lá na Sucen para, exatamente saber, veja, se a atividade do técnico de apoio à pesquisa, está atrelada a de apoiar a pesquisador científico e no processo desse trabalho envolve ele fazer determinada atividade de laboratório ele deve fazer.

Apesar do Barreto ter feito uma longa discussão a respeito da pesquisa científica, na Sucen nós temos o chamado pesquisador científico, em que se pese que os pesquisadores sempre colocam que não há recursos para a pesquisa científica, mas no entanto, nenhuma das pesquisas dos pesquisadores deixaram de ser realizadas, e aí a pergunta é a seguinte, com que recurso então, foi feito se não existe recurso. Eu pergunto a você, Gilson, você tem pesquisador científico lá no pedaço, as pesquisas deixam de ser realizadas?

GILSON - Não... ( comentário inaudível ).

DR. MIKIO - Precisa ver se não há uma conivência ou uma situação em que ambos estão sendo favorecidos, a instituição e quem está realizando a pesquisa. Essa é uma questão, Gilson, que eu acho extremamente pertinente que ela extrapole só a discussão do grupo de pesquisadores científicos e deve premiar a discussão da instituição, como um todo, inclusive todos os funcionários, porque a alegação é, sempre falta dinheiro para fazer a pesquisa, mas a pesquisa não deixa de ser feita, o pesquisador não deixa de apresentar seus trabalhos nos congressos e coisas mais, e o que eu tenho observado é que os funcionários de outras atividades acabam realizando um trabalho para o pesquisador eventualmente até desviando da sua função, do seu objetivo principal que é o combate ao vetor, então eu vou checar se essa atividade do agente de apoio á pesquisa, que ele está fazendo atividade laboratorial, é uma coisa impositiva da instituição ou se é uma questão que há uma certa colaboração entre os dois e ele acaba tendo o descanso semanal remunerado, porque ele vai fazer o trabalho de plantão no sábado ou domingo. Eu vou verificar.

GILSON - Sr. Mikio, só para complementar, isso aí foi levantado a dúvida com relação a uma mudança, claro que até o momento a pessoa está fazendo de acordo com a chefia lá em cima.

DR. MIKIO - Deve estar acordado.

NÃO IDENTIFICADO - A dúvida é em relação a Agência.

DR. MIKIO - Veja a questão do pesquisador científico dentro da agência, ele continua do jeito que está?, a agência não vem com o propósito de falar, não, acaba com a pesquisa científica , pelo contrário, se fosse assim, todos os institutos que hoje foram citados aqui, tem uma autorização no final do governo de 2002, autorização de concurso publico, inclusive nós estamos realizando concurso publico para a contratação de mais pesquisadores científicos. Que racionalidade seria essa se a gente quer criar uma agencia que de repente não queria pesquisador e estamos contratando, então veja o Adolfo Lutz está contratando pesquisador científico, o Emílio Ribas não está fazendo parte, o CRTAids esta contratando, o instituto Pasteur esta contratando, o Lauro de Souza Lima esta contratando, a SUCEM esta contratando, fazendo concurso para contratar novos pesquisadores, então esta é uma atividade que certamente terá sim uma nova reordenação do seu trabalho, mas que não será extinta com certeza.

Alguma coisa mais?

NÃO IDENTIFICADO - Eu tinha feito uma pergunta sobre a minha liberação para os seminários.

DR. MIKIO - Acabei de responder aqui para a Sonia, eu tenho tomado a seguinte decisão para evitar que haja situações dispare entre atitudes de diretores regionais, essas solicitações do Sindsaúde para liberação de funcionários ela passa via gabinete, é centralizar, é centralizar sim, eu assumo isso, é porque estou assumindo isso? É para evitar diferenças de tratamento. Então delegados sindicais, todos que vierem a ser solicitados terão autorização, ponto passivo. Outros funcionários ela será conversada com o diretor da regional e vai verificar se esta ausência de funcionário ela afeta o trabalho de campo, se afetar não vai, se não afetar está liberado.

SONIA - Não sei se você vai precisar ir já Mikio, podíamos passar para os outros companheiros, o Jorge.

DR. MIKIO - Só deixa eu falar que eu tinha uma reunião às 14:30 hs., eu queria agradecer a todos e me coloco a disposição quantas vezes for necessário, eu acredito que o Dr. Luiz Jacinto também se coloca a disposição para estar vindo, discutindo ou criando outros momentos para estar discutindo a criação da agencia, mesmo porque isso é um processo em que esta colocado as idéias, não somos os donos da verdade, essas idéias podem ter erros e que na discussão podem ser corrigidas, e volto dizer, não existe nenhuma, pelo menos do grupo que esta aí de querer escamotear ou esconder alguma coisa de vocês, até as nossas divergências estão explicitadas no documento. Obrigado.

SONIA - Vamos fazer o seguinte, esse é o primeiro debate e é claro que nós vamos ter que continuar e a idéia, depois a gente até gravou aqui, nós vamos fazer uma transcrição, é claro que passando primeiro pelos debatedores fazerem a revisão da sua fala e como o Helcio e o Ângelo já disseram, nós temos aqui a comissão composta pelo Ângelo, Helcio, Glacia e a Regina e aí seria importante as pessoas que quiserem compor essa comissão para ampliar os debates em todas as regiões do estado e, melhorar o debate do próprio Sindsaúde, nós vamos encaminhar o pedido

de audiência pública na Assembleia Legislativa, agora, mais do que isso é importante fazer o debate lá nas regiões para esclarecer os nossos companheiros, eu acho que as pessoas que participaram daqui hoje, vão ter plenas condições de reproduzir essas informações que tiveram aqui hoje para fazer esse debate nas regiões, então obrigado a todos, obrigado ao Jorge, obrigado ao Ricardo que pela disposição do debate e com certeza nós vamos chamar novamente os companheiros para continuar esse debate aqui com a gente e nos ajudar nesse debate. Obrigada a todos.

RICARDO MENEZES - Bom, eu e o Jorge vamos agradecer, em primeiro lugar a gente agradece o convite do Sindaúde para poder discutir com vocês, e agradece o interesse, as perguntas, agora eu tenho certeza que, essas iniciativas quanto mais vocês prosseguirem o mais rapidamente possível, podem ter êxito, podem levar a grandes êxitos nessa reestruturação, porque a gente está tratando de uma área muito ampla, muito importante para a sociedade, a gente está tratando de todas as vigilâncias, todo o poder de intervenção do estado nas questões de saúde, baseado em conhecimento, todo poder que o estado tem constitucional de intervir nas questões, as grandes endemias, estão nesse projeto o maior laboratório de saúde pública do país, então eu acho que vocês devem prosseguir, a SOBRAVIME agradece o convite certamente se prontifica em ajudar, porque a gente está lutando para colaborar que seja mantida nos marcos do poder público, a gente está lutando para a preservação da vida e da saúde das pessoas e, centralmente contra a desregulamentação sanitária, que seria um caos.

Eu agradeço e passo para o Jorge.

JORGE - Também achei legal estar participando do debate; tem uma sugestão bem prática que eu acho importante que vocês fixem essa ideia, se o projeto de lei for para a Assembleia Legislativa ele vai ser aprovado rapidamente com poucas emendas, vai ser muito difícil, então, uma sugestão do ponto de vista de encaminhamento é de o Sindicato, trabalhar muito em função de gerar esse processo de discussão no âmbito do conselho estadual da saúde, eu acho que é importante isso, por que o conselho pode se posicionar inclusive pela exigência que essa discussão em cima do próprio projeto, seja feita antes de ser encaminhado para a Assembleia e eu tenho a impressão que é melhor vocês tentarem brigar no âmbito do conselho até para amadurecer essa questão, e a favor de um projeto como este com algumas modificações, ou é claramente contrário, até para poder amadurecer isso é importante que essa discussão seja feita antes do fechamento do projeto de lei, eu acho importante vocês terem fixado bem isso, se saiu da secretaria de estado e for para a assembleia vai passar como um trator, isso aí não dá nem para vocês brincarem com isso, que vão se mobilizar, conseguir grandes coisas no âmbito da Assembleia porque lá é tratoragem mesmo, por isso minha proposta é que o investimento maior seja em torno da tentativa de articulação principalmente com a representação da sociedade e dos trabalhadores no conselho estadual e tentar organizar uma pauta de discussão mais sistemática e mais seria a respeito, uma possibilidade de aproveitar esse debate aqui é que logo em seguida mais do que fazer um material com conteúdo e levantar os pontos de dúvidas que não foram respondidos claramente, eu sugeriria dez questões para serem direcionadas diretamente a comissão para que a comissão responda oficialmente e não que eu acho... eu penso... a minha convicção é tal, então vocês terem uma resposta por escrito por parte da comissão, acho bastante importante vocês investirem nisso e trabalhar com essas duas coisas, debatendo no conselho estadual, tendo ou não tendo essa resposta da comissão, eu acho que é um caminho de andamento, e lógico que não vai dispensar nunca a necessidade de mobilização do pessoal, mas a mobilização tem que estar voltada para dentro da secretaria nesse momento e, principalmente, via conselho estadual.

SONIA - Obrigada a todos, damos por aqui como encerrado e com certeza não é encerrar o debate, é começar o debate e a luta.